

CFC DE A A Z PREPARATÓRIO PARA O EXAME DE SUFICIÊNCIA

MATERIAL INTEGRANTE DO CURSO

  **ESCOLA**
  **CONTÁBIL**

**PROVA COMENTADA
EXAME CFC 2022.2**

Prova Comentada Exame de Suficiência 2022.2

Olá! Tudo bem?

A seguir, a Prova Comentada do Exame CFC 2022.2, uma das provas mais difíceis de todos os tempos. Sabemos que uma das melhores formas de aprender é através da resolução de questões. Por isso, preparamos esse material gratuito, com mais de 60 páginas de conteúdo para vocês.

Esse conteúdo, e muito mais, fazem parte do nosso curso CFC De A a Z, um dos diversos cursos da Escola Contábil.

Você conhece a Escola Contábil?

Você que deseja estudar através de um curso focado, 100% atualizado, com linguagem fácil, simulados, com centenas e centenas de questões do Exame resolvidas e tantas outras coisas, inclusive ter a oportunidade de tirar todas as suas dúvidas em nossa comunidade exclusiva para alunos no facebook, pode ter certeza, a Escola Contábil é o investimento certo para você.

Por apenas 12 x R\$ 69,90 você terá acesso, por um ano, ao melhor conteúdo preparatório para o Exame de Suficiência - CFC. Além deste curso, acessará nossa plataforma completa e irá garantir o acesso a outros cursos disponíveis, como de IRPF, MEI, EQT Perícia, EQT Auditoria.

Garanta todo conteúdo que você precisa para passar com facilidade no Exame de Suficiência.

Todas as informações estão em nosso site escolacontabil.com

Um abraço e aproveite o material!

Prof. Gabriel Rabelo

@contabilidadefacilitada

01. (Consulplan/Exame CFC/2022.2) Uma sociedade empresária apresentou em 31/12/2020 os seguintes saldos nas contas do Patrimônio Líquido:

Patrimônio Líquido	
Capital Social	R\$ 60.000,00
Reservas de Capital	R\$ 15.000,00
Reservas de Lucros	R\$ 5.000,00
Lucros / Prejuízos Acumulados	R\$ 10.000,00
Total do PL	R\$ 90.000,00

Durante o exercício social de 2021, ocorreram os seguintes eventos:

- Aumento de Capital por incorporação de Reservas de Capital no valor de R\$ 15.000,00;
- Lucro Líquido do período no valor de R\$ 40.000,00; e,
- Proposta de destinação do lucro para constituição das Reservas de Lucros no valor de R\$ 6.000,00 e para Dividendos Obrigatórios no valor de R\$ 20.000,00.

Considerando exclusivamente as informações apresentadas e o disposto na NBC TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, é correto afirmar, em relação à Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido apresentada em 31/12/2021, que:

(Utilizar o quadro disponibilizado, se necessário.)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31/12/2021					
CONTAS	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Lucros / Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldo inicial					
Aumento de Capital					
Lucro Líquido					
Reservas de Lucros					
Dividendos					
Saldo final					

- A) Os saldos finais das Reservas de Lucros e das Reservas de Capital foram, respectivamente, de R\$ 6.000,00 e R\$ 15.000,00.
- B) As variações do Patrimônio Líquido e de Lucros / Prejuízos Acumulados correspondem, respectivamente, a R\$ 40.000,00 e R\$ 34.000,00.
- C) Os saldos finais do Patrimônio Líquido e de Lucros / Prejuízos Acumulados foram, respectivamente, de R\$ 110.000,00 e R\$ 24.000,00.
- D) O saldo final de Capital Social de R\$ 45.000,00 e a movimentação da Distribuição de Dividendos aumentaram o saldo de Lucros / Prejuízos Acumulados em R\$ 20.000,00.

Comentários:

Para resolver essa questão, devemos elaborar a demonstração das mutações do patrimônio líquido, conteúdo ensinado no curso.

Contas	Capital Social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros/prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldo inicial	R\$ 60.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 90.000,00
Aumento de capital	R\$ 15.000,00	-R\$ 15.000,00			R\$ -
Lucro líquido				R\$ 40.000,00	R\$ 40.000,00
Reservas de lucros			R\$ 6.000,00	-R\$ 6.000,00	R\$ -
Dividendos				-R\$ 20.000,00	-R\$ 20.000,00
Saldo final	R\$ 75.000,00	R\$ -	R\$ 11.000,00	R\$ 24.000,00	R\$ 110.000,00

Vamos analisar cada uma das alternativas:

A) Os saldos finais das Reservas de Lucros e das Reservas de Capital foram, respectivamente, de R\$ 6.000,00 e R\$ 15.000,00.

Errado. O saldo final de reserva de lucros é de R\$ 11.000,00. O saldo final de reserva de capital é de zero.

B) As variações do Patrimônio Líquido e de Lucros / Prejuízos Acumulados correspondem, respectivamente, a R\$ 40.000,00 e R\$ 34.000,00.

Errado. O patrimônio líquido variou de R\$ 90.000,00 para R\$ 110.000,00, ou seja, R\$ 20.000,00. Lucro ou prejuízo acumulado variou de R\$ 10.000,00 para R\$ 24.000,00.

C) Os saldos finais do Patrimônio Líquido e de Lucros / Prejuízos Acumulados foram, respectivamente, de R\$ 110.000,00 e R\$ 24.000,00.

Este é o nosso gabarito. Item correto!

D) O saldo final de Capital Social de R\$ 45.000,00 e a movimentação da Distribuição de Dividendos aumentaram o saldo de Lucros / Prejuízos Acumulados em R\$ 20.000,00.

Errado. O capital social terminou em R\$ 75.000,00 e a distribuição de dividendo diminui o valor do patrimônio líquido, e não promove o aumento.

Gabarito Preliminar → C.

02. (Consulplan/Exame CFC/2022.2) Uma sociedade empresária apresentou os seguintes dados extraídos da contabilidade em 31/12/2021:

Saldos em 31/12/2020	R\$	Saldos em 31/12/2021	R\$	Movimentação em 2021	R\$
Duplicatas a Receber	48.000,00	Duplicatas a Receber	26.000,00	Vendas de Mercadorias	180.000,00
Fornecedores	22.000,00	Fornecedores	31.000,00	Compras de Mercadorias	132.000,00

Informações adicionais:

- Todas as Compras de Mercadorias para Revenda e as Vendas de Mercadorias foram efetuadas a prazo;
- Não houveram outros eventos classificados em atividades operacionais; e,
- A Demonstração dos Fluxos de Caixa é elaborada pelo Método Direto.

Considerando somente as informações disponibilizadas e de acordo com a NBC TG 03 (R3) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, é correto afirmar que o caixa gerado pelo recebimento de Duplicatas a Receber (Vendas de Mercadorias) e o caixa consumido para pagamento de Fornecedores (Compras de Mercadorias) foram, respectivamente, de:

- A) R\$ 79.000,00 e R\$ 48.000,00.
- B) R\$ 158.000,00 e R\$ 141.000,00.
- C) R\$ 180.000,00 e R\$ 132.000,00.
- D) R\$ 202.000,00 e R\$ 123.000,00.

Comentários:

A questão em tela pede “o caixa gerado pelo recebimento de Duplicatas a Receber (Vendas de Mercadorias) e o caixa consumido para pagamento de Fornecedores (Compras de Mercadorias)”. Contudo, não há resposta correta, uma vez que o caixa consumido, nesta hipótese, deveria ser negativo, não havendo assertiva que aponte para tal. As respostas fornecidas pela banca examinadora foram:

- A) R\$ 79.000,00 e R\$ 48.000,00.
- B) R\$ 158.000,00 e R\$ 141.000,00.
- C) R\$ 180.000,00 e R\$ 132.000,00.
- D) R\$ 202.000,00 e R\$ 123.000,00.

Vejam que todas apontam para um caixa gerado e nenhuma para caixa consumido.

Na sequência iremos desconsiderar esses aspectos e apresentar a resolução da questão de acordo com o entendimento da banca.

DUPLICATAS A RECEBER	
R\$ 48.000,00	
R\$ 180.000,00	RECEBIMENTO
SF. R\$ 26.000,00	

Comentários:

Para resolver essa questão, basta encontrar o valor do ativo imobilizado, visto que todos os valores são diferentes uns dos outros.

Ativo circulante	
Bancos conta movimento	R\$ 22.000,00
Caixa	R\$ 35.000,00
Despesas antecipadas	R\$ 950,00
Duplicatas a receber	R\$ 8.000,00
ICMS a Recuperar	R\$ 1.100,00
Mercadorias	R\$ 11.000,00
Total	R\$ 78.050,00
Ativo não circulante imobilizado	
Depreciação - Edificações	-R\$ 5.000,00
Depreciação - Máquinas e equipamentos	-R\$ 1.850,00
Depreciação - Móveis e utensílios	-R\$ 4.500,00
Depreciação - Veículos	-R\$ 3.000,00
Edificações	R\$ 30.000,00
Máquinas e equipamentos	R\$ 15.000,00
Móveis e utensílios	R\$ 12.000,00
Veículos	R\$ 10.000,00
Total	R\$ 52.650,00
Passivo circulante	
Fornecedores	R\$ 7.500,00
ICMS a Recolher	R\$ 2.400,00
Salários a pagar	R\$ 6.000,00
Total	R\$ 15.900,00
Passivo não circulante	
Financiamento LP	R\$ 40.000,00
Total	R\$ 40.000,00

Já temos o gabarito, que é a letra a. Contudo, vamos encontrar o patrimônio líquido através da equação fundamental da contabilidade.

$$\text{Ativo} = \text{Passivo} + \text{PL}$$

$$78.050,00 + 52.650,00 = 15.900,00 + 40.000,00 + \text{PL}$$

$$\text{PL} = \text{R\$ } 74.800,00.$$

Gabarito Preliminar → A.

4. (Consulplan/Exame CFC/2022.2) Uma empresa comercial apresentou os seguintes saldos em suas contas de resultado em 31/12/2021:

Contas	Valores em R\$
Abatimentos sobre vendas	12.000,00
COFINS sobre faturamento	9.600,00
Comissões sobre vendas	16.000,00
Custo da Mercadoria Vendida	145.000,00
Descontos condicionais concedidos	3.000,00
ICMS sobre vendas	57.600,00
PIS sobre faturamento	2.080,00
Receita de Vendas	320.000,00
Vendas Canceladas	6.400,00

Considerando exclusivamente as informações apresentadas e de acordo com a Lei nº 6.404/1976 – Lei das Sociedades por Ações, os valores da Receita Líquida de Vendas e do Lucro Bruto evidenciados na Demonstração do Resultado em 31/12/2021 correspondem, respectivamente, a:

- A) R\$ 232.320,00; R\$ 87.320,00.
- B) R\$ 213.320,00; R\$ 68.320,00.
- C) R\$ 301.600,00; R\$ 87.860,00.
- D) R\$ 250.720,00; R\$ 105.720,00.

Comentários:

Questão simples, para a resolução basta saber a estrutura da DRE e fazer o preenchimento dos campos respectivos.

Deste modo, iniciamos com o valor da receita bruta de R\$ 320.000,00, na sequência fazemos as deduções (não há ICMS a recuperar para abater no ICMS sobre vendas) e assim já chegamos a nossa receita líquida. Tirando o CMV já encontramos também o lucro bruto e o gabarito da questão.

RECEITA BRUTA:	(R\$ 320.000,00)
(-) Abatimentos:	(R\$ 12.000,00)
(-) Cofins:	(R\$ 9.600,00)
(-) ICMS:	(R\$ 57.600,00)
(-) PIS:	(R\$ 2.080,00)
(-) Vendas Canceladas	(R\$ 6.400,00)
= RECEITA LÍQUIDA:	<u>R\$ 232.320,00</u>
(-) CMV:	(R\$ 145.000,00)
= LUCRO BRUTO:	<u>R\$ 87.320,00</u>

Gabarito Preliminar → A.

05. (Consulplan/Exame CFC/2022.2) Uma sociedade empresária apresentou a seguinte Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido com os saldos de 31/12/2020:

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Valores em R\$						
Contas	Capital Social	Reservas de Lucros			Lucros / Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
		Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva para Contingências		
Saldo inicial (31/12/2020)	R\$ 150.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 0,00	R\$ 20.000,00	(R\$ 55.000,00)	R\$ 119.000,00
Aumento de Capital em dinheiro						
Reversão Reserva para Contingência						
Lucro Líquido do Período						
Constituição de Reserva Legal						
Constituição de Reserva Estatutária						
Distribuição de Dividendos						
Saldo final (31/12/2021)						

Durante o exercício social de 2021 ocorreram os seguintes eventos que impactaram nas contas do Patrimônio Líquido:

Aumento do Capital Social em dinheiro	R\$ 30.000,00
Reversão da Reserva para Contingências	R\$ 20.000,00
Lucro Líquido do exercício	R\$ 280.000,00
Constituição de Reserva Legal	R\$ 14.000,00
Constituição de Reserva Estatutária	R\$ 28.000,00
Dividendos Obrigatórios a Distribuir	R\$ 140.000,00

Considerando exclusivamente os dados fornecidos e de acordo com a NBC TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31/12/2021 deverá evidenciar:

- A) Saldo final de Capital Social de R\$ 180.000,00 e da Reserva para Contingências de R\$ 20.000,00.
- B) Saldo final de Capital Social que corresponderá a R\$ 172.000,00 e variação das Reservas de Lucros de R\$ 42.000,00.
- C) Saldo final de Lucros e Prejuízos Acumulados de R\$ 63.000,00 e variação do Patrimônio Líquido de R\$ 170.000,00.
- D) Saldo final de Lucro e Prejuízos Acumulados corresponderá a R\$ 203.000,00 e do Patrimônio Líquido a R\$ 429.000,00.

Comentários:

Mais uma questão de DMPL. Vamos elaborar...

Contas	Capital Social	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva contingências	LPA	PL
Saldo inicial	150.000,00	4.000,00	-	20.000,00	- 55.000,00	119.000,00
Aumento do capital em dinheiro	30.000,00					30.000,00
Reversão reserva para contingência	20.000,00			- 20.000,00		-
Lucro líquido do período					280.000,00	280.000,00
Constituição de reserva legal		14.000,00			- 14.000,00	-
Constituição de reserva estatutária			28.000,00		- 28.000,00	-
Distribuição de dividendos					- 140.000,00	-140.000,00
Saldo final em 31.12.2021	200.000,00	18.000,00	28.000,00	-	43.000,00	289.000,00

Vamos analisar as alternativas:

A) Saldo final de Capital Social de R\$ 180.000,00 e da Reserva para Contingências de R\$ 20.000,00.

Item incorreto.

B) Saldo final de Capital Social que corresponderá a R\$ 172.000,00 e variação das Reservas de Lucros de R\$ 42.000,00.

Item também incorreto.

C) Saldo final de Lucros e Prejuízos Acumulados de R\$ 63.000,00 e variação do Patrimônio Líquido de R\$ 170.000,00.

Este é o nosso gabarito. LPA terminou com R\$ 63.000,00 e o PL variou R\$ 170.000,00 (R\$ 289.000,00 – 119.000,00).

D) Saldo final de Lucro e Prejuízos Acumulados corresponderá a R\$ 203.000,00 e do Patrimônio Líquido a R\$ 429.000,00.

Item incorreto.

Gabarito Preliminar → C.

06. (Consulplan/Exame CFC/2022.2) Uma sociedade empresária apresentou as seguintes informações relativas ao exercício social de 2021:

- O Lucro Líquido do exercício foi de R\$ 18.500,00;
- A Despesa com Depreciação, no exercício, foi de R\$ 1.300,00;
- Os valores totais das variações ocorridas nas contas do Ativo Circulante e Passivo Circulante foram:
 - ✓ Duplicatas a Receber: aumento de R\$ 7.000,00;
 - ✓ Estoques de Mercadoria para Revenda: diminuição de R\$ 9.000,00;
 - ✓ Fornecedores: aumento de R\$ 5.000,00; e,
 - ✓ Outras Obrigações a Pagar: diminuição de R\$ 1.500,00;
- Recebimento do valor de R\$ 2.000,00 referente à venda de item do Imobilizado, sem ganho ou perda de capital na operação; e,
- Pagamento do valor de R\$ 20.000,00 relativo à parcela de Financiamento realizado em 2019.

Considerando as informações apresentadas e o disposto na NBC TG 03 (R3) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, é correto afirmar que a Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31/12/2021 evidenciará uma Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa de:

- A) (R\$ 3.700,00).
- B) R\$ 7.300,00.
- C) R\$ 3.300,00.
- D) R\$ 47.300,00.

Comentários:

Assunto exaustivamente tratado no CFC De A a Z. Vamos elaborar a DFC pelo método indireto.

Lucro líquido		18.500,00
Depreciação		1.300,00
Variações das contas patrimoniais		
(-) Aumento de duplicatas a receber	-	7.000,00
Diminuição de estoques		9.000,00
Aumento de fornecedores		5.000,00
(-) Diminuição de outras obrigações	-	1.500,00
FAO		25.300,00
Venda de imobilizado		2.000,00
FAI		2.000,00
Pagamento de financiamento	-	20.000,00
FAF	-	20.000,00
Variação de caixa (FAO + FAI + FAF)		7.300,00

Gabarito Preliminar → B.

07. (Consulplan/Exame CFC/2022.2) Uma sociedade empresária optante pelo Lucro Presumido tem um

funcionário contratado pelo regime da CLT, em março de 2022, que não possui dependentes e sobre o qual foram apresentadas as seguintes informações referentes à sua remuneração:

Discriminação	R\$
Salário mensal	2.200,00
Horas Extras + Descanso Semanal Remunerado sobre Horas Extras	260,000
TOTAL	2.460,00

As tabelas a seguir apresentam as bases de cálculo e as alíquotas de INSS e IRRF vigentes a partir de 1º de janeiro de 2022:

Tabela de Contribuição do INSS para 2022				
Base de Cálculo		Alíquota	Dedução	
R\$		%	R\$	
0,00	a	7,5%	0,00	
1.212,01	a	9,0%	18,18	
2.427,36	a	12,0%	91,00	
3.641,04	a	14,0%	163,82	

Tabela do IRRF para 2022 – Valores mensais				
Base de Cálculo		Alíquota	Dedução	
R\$		%	R\$	
0,00	a	isento	0,00	
1.903,99	a	7,5%	142,80	
2.826,66	a	15,0%	354,80	
3.751,06	a	22,5%	636,13	
a partir de		27,5%	869,36	

A tabela a seguir apresenta os percentuais em que está submetida a sociedade empresária para cálculo dos encargos sociais.

INSS – Encargos do Empregador	
Fundo de Previdência e Assistência Social – FPAS	20,0%
Contribuições para Terceiros	5,8%
Seguro Acidente de Trabalho – SAT (Já olvidados: Fator Acidentário de Prevenção – FAP e Risco de Acidente no Trabalho – RAT)	2,0%
TOTAL:	27,8%

Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS	8,0%
---	------

Considerando exclusivamente as informações apresentadas, o valor da remuneração líquida do empregado e dos encargos sociais (parte da empresa) a serem pagos, referentes a março de 2022, correspondem, aproximadamente (para fins de simplificação), a:

- A) R\$ 2.123,00 e R\$ 831,00. B) R\$ 2.230,00 e R\$ 881,00.
C) R\$ 2.033,00 e R\$ 684,00. D) R\$ 2.257,00 e R\$ 907,00.

Comentários:

A questão cita o valor do salário bruto e pede para encontrarmos o salário líquido, contudo, precisamos identificar os valores a serem deduzidos. Para isso, basta utilizarmos as tabelas do INSS e do IRRF para encontrar os valores respectivos dos dois descontos:

REMUNERAÇÃO LÍQUIDA

$INSS = (R\$ 2.460,00 \times 12\%) - R\$ 91,00 = R\$ 204,20$

$IRRF = (R\$ 2.460,00 - R\$ 204,20) \times 7,5\% - R\$ 142,60 = R\$ 26,38$

$Remuneração Líquida = R\$ 2.460,00 - R\$ 204,20 - R\$ 26,38 = R\$ 2.229,42$

Em relação aos encargos sociais, podemos simplificar somando as alíquotas e multiplicando pelo valor bruto dos rendimentos. Assim, encontraremos o valor dos Encargos Sociais a pagar:

ENCARGOS SOCIAIS

$$27,8\% + 8\% = 35,8\%$$

$$\text{ENCARGOS SOCIAIS } R\$ 2.460,00 \times 35,8\% = \underline{R\$ 880,68}$$

Por aproximação, encontramos o nosso gabarito.

Gabarito Preliminar → B.

08. (Consulplan/Exame CFC/2022.2) O advogado de determinada entidade empresária do setor de serviços apresentou as seguintes informações referentes às questões judiciais movidas em desfavor da empresa:

Processo	Valor	Chance de ocorrência
Processo trabalhista relativo a horas extras	R\$ 100.000,00	Provável
Processo trabalhista relativo a trabalho análogo à escravidão	R\$ 80.000,00	Remota
Processo civil relativo a danos corporais advindos de acidentes de trabalho	R\$ 70.000,00	Possível
Processo tributário relativo a recolhimento do ISSQN	R\$ 60.000,00	Provável
Processo tributário relativo a Imposto de Renda Pessoa Jurídica	R\$ 50.000,00	Provável

Considerando as informações disponibilizadas e as disposições da NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, podemos afirmar que a empresa:

- A) Deverá reconhecer como provisão o valor de R\$ 280.000,00 dos processos.
- B) Não deverá divulgar o valor de R\$ 150.000,00 dos processos como passivo contingente.
- C) Deverá apenas divulgar o valor de R\$ 70.000,00 de processos como passivo contingente.
- D) Deverá divulgar, mas não reconhecer, R\$ 80.000,00 de processos como passivo contingente.

Comentários:

Questão, em tese, bem tranquila!

Basta ver quais são as saídas de recursos julgadas prováveis. Para essa, teríamos a constituição de provisão para contingências, no passivo.

As saídas possíveis figuram o que conhecemos por passivo contingente. Neste caso, a contabilização não é feita, divulgando-se apenas em notas explicativas.

Para a probabilidade de saída de recursos remota, não contabilizamos e nem divulgamos em notas explicativas. Tema corriqueiramente previsto no CFC De A a Z.

Teríamos o seguinte:

Constituição de provisões:

Processo	Valor	Chance de ocorrência
Processo trabalhista relativo a horas extras	R\$ 100.000,00	Provável
Processo trabalhista relativo a trabalho análogo à escravidão	R\$ 80.000,00	Remota
Processo civil relativo a danos corporais advindos de acidentes de trabalho	R\$ 70.000,00	Possível
Processo tributário relativo a recolhimento do ISSQN	R\$ 60.000,00	Provável
Processo tributário relativo a Imposto de Renda Pessoa Jurídica	R\$ 50.000,00	Provável

Reconhecemos, assim, o valor de R\$ 210.000,00 para provisões no passivo.

Divulgação de passivo contingente.

Já a divulgação de passivo contingente, se dará apenas para os processos oriundos de acidentes de trabalho, no valor de R\$ 70.000,00.

Processo	Valor	Chance de ocorrência
Processo trabalhista relativo a horas extras	R\$ 100.000,00	Provável
Processo trabalhista relativo a trabalho análogo à escravidão	R\$ 80.000,00	Remota
Processo civil relativo a danos corporais advindos de acidentes de trabalho	R\$ 70.000,00	Possível
Processo tributário relativo a recolhimento do ISSQN	R\$ 60.000,00	Provável
Processo tributário relativo a Imposto de Renda Pessoa Jurídica	R\$ 50.000,00	Provável

Não divulga, nem contabiliza.

Por fim, para o processo relativo a trabalho análogo à escravidão não precisamos nem divulgar nem contabilizar.

Processo	Valor	Chance de ocorrência
Processo trabalhista relativo a horas extras	R\$ 100.000,00	Provável
Processo trabalhista relativo a trabalho análogo à escravidão	R\$ 80.000,00	Remota
Processo civil relativo a danos corporais advindos de acidentes de trabalho	R\$ 70.000,00	Possível
Processo tributário relativo a recolhimento do ISSQN	R\$ 60.000,00	Provável
Processo tributário relativo a Imposto de Renda Pessoa Jurídica	R\$ 50.000,00	Provável

Agora, vamos analisar as alternativas.

A) Deverá reconhecer como provisão o valor de R\$ 280.000,00 dos processos.

Incorreto. O valor a ser reconhecido como provisão é de R\$ 210.000,00. Contudo, este, erroneamente, foi o gabarito da banca. Comentamos esta questão ainda com gabarito preliminar. Acreditamos que, com o recurso, haja alteração.

B) Não deverá divulgar o valor de R\$ 150.000,00 dos processos como passivo contingente.

Errado. O valor de R\$ 70.000,00 deverá ser divulgado, enquanto o de R\$ 80.000,00 não.

C) Deverá apenas divulgar o valor de R\$ 70.000,00 de processos como passivo contingente.

Correto. Este seria o nosso gabarito.

D) Deverá divulgar, mas não reconhecer, R\$ 80.000,00 de processos como passivo contingente.

Item errado.

Gabarito Preliminar → A.

Gabarito correto → C.

Solicitação → **Alteração de gabarito ou anulação**. Aguardamos o resultado dos recursos.

09. (Consulplan/Exame CFC/2022.2) Determinada sociedade empresária apresentou o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado nos anos de X1 e X2

Balanço Patrimonial (R\$)		
Ativos	31-12-X1	31-12-X2
Caixa	R\$ 159.000,00	R\$ 191.000,00
Contas a receber	R\$ 15.000,00	R\$ 12.000,00
Estoques	R\$ 160.000,00	R\$ 130.000,00
Despesas pagas antecipadamente	R\$ 8.000,00	R\$ 6.000,00
Terreno	R\$ 80.000,00	R\$ 180.000,00
Equipamentos		R\$ 163.000,00
Depreciação acumulada		R\$ (19.000,00)
Total do Ativo	R\$ 422.000,00	R\$ 663.000,00
Passivos e PL		
Fornecedor	R\$ 60.000,00	R\$ 52.000,00
Despesas provisionadas a pagar (operacionais)	R\$ 20.000,00	R\$ 15.000,00
Impostos de Renda a pagar		R\$ 12.000,00
Títulos de dívida a pagar		R\$ 90.000,00
Ações Ordinárias	R\$ 300.000,00	R\$ 400.000,00
Lucros Acumulados	R\$ 42.000,00	R\$ 94.000,00
Total do Passivo	R\$ 422.000,00	R\$ 663.000,00

Demonstração do Resultado 31-12-X2	
Receitas	R\$ 975.000,00
Custo das mercadorias vendidas	(R\$ 660.000,00)
Despesas Operacionais (excluindo Depreciação)	(R\$ 176.000,00)
Despesas de depreciação	(R\$ 19.000,00)
Lucro antes do imposto de renda	R\$ 120.000,00
Despesa de imposto de renda	(R\$ 36.000,00)
Lucro Líquido	R\$ 84.000,00

Considerando única e exclusivamente as informações disponibilizadas e, ainda, a NBC TG 03 (R3) – Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), em relação à DFC dessa empresa, apurada em 31-12-20X2, assinale a afirmativa correta.

- A) O caixa gerado nas atividades operacionais foi R\$ 32.000,00.
- B) O caixa gerado nas atividades operacionais foi R\$ 137.000,00.
- C) O caixa gerado nas atividades de investimento foi R\$ 58.000,00.
- D) O caixa consumido nas atividades de financiamento foi R\$ 163.000,00.

Comentários:

Mais uma questão com o gabarito erroneamente divulgado pela Consulplan. Comentamos o gabarito preliminar e esperamos que, com o gabarito definitivo, haja correção para a questão correta.

Vamos apurar os três fluxos de caixa, conforme ensinado no curso CFC De A a Z:

FAO	
Lucro líquido do período	R\$ 84.000,00
Depreciação do período	R\$ 19.000,00
Diminuição de contas a receber	R\$ 3.000,00
Diminuição de estoques	R\$ 30.000,00
Diminuição de despesas antecipadas	R\$ 2.000,00
Diminuição de fornecedores	-R\$ 8.000,00
Diminuição de despesas a pagar	-R\$ 5.000,00
Aumento de IR a pagar	R\$ 12.000,00
Fluxo das atividades operacionais	R\$ 137.000,00
FAI	
Compra de terrenos	-R\$ 100.000,00
Compra de equipamentos	-R\$ 163.000,00
Fluxo das atividades de investimentos	-R\$ 263.000,00
FAF	
Integralização de capital	R\$ 100.000,00
Empréstimos contraídos	R\$ 90.000,00
Dividendos pagos	-R\$ 32.000,00
Fluxo das atividades de financiamento	R\$ 158.000,00

Fazendo os três fluxos, encontramos a variação de caixa: R\$ 137.000,00 - R\$ 263.000,00 + R\$ 158.000,00.

Com isso, encontramos a variação de R\$ 32.000,00 na conta caixa, o que é condizente se olharmos o balanço patrimonial apresentado, que saiu de R\$ 159.000,00 para R\$ 191.000,00, variando R\$ 32.000,00.

Isso ratifica o nosso posicionamento de que a banca, ao divulgar como gabarito a letra c, incorreu em erro. A alteração que deverá prevalecer é para a letra a (Fluxo operacional de R\$ 137.000,00).

Gabarito Preliminar → C.

Gabarito correto → A.

Solicitação → Alteração de gabarito. Aguardamos o resultado dos recursos.

10. (Consulplan/Exame CFC/2022.2) Determinada entidade empresária do ramo comercial apresentou, no mês de janeiro, as seguintes operações:

- 05/01 – Compra de 20 unidades de mercadorias, a prazo, a R\$ 110,00 cada uma;
- 06/01 – Devolução de uma das unidades de mercadorias adquirida no dia anterior;
- 07/01 – Abatimento de R\$ 5,00 por unidade sobre as 19 unidades das mercadorias restantes (adquiridas em 05/01);
- 08/01 – Venda a prazo de 20 unidades de mercadorias pelo total de R\$ 4.000,00;
- 09/01 – Recebimento em devolução de duas unidades da venda anterior;
- 10/01 – Abatimento concedido sobre as demais mercadorias vendidas no total de R\$ 230,00; e,
- Estoque inicial constituído de 5 unidades adquiridas a R\$ 100,00 cada uma.

Considerando única e exclusivamente as informações disponibilizadas e, ainda, sabendo que a empresa utiliza o método de avaliação de estoque “Primeiro a Entrar Primeiro a Sair (PEPS)”, assinale, a seguir, o valor do Custo da Mercadorias Vendidas no dia 08/01.

- A) R\$ 1.865,00
- B) R\$ 2.075,00
- C) R\$ 2.590,00
- D) R\$ 2.700,00

Comentários:

Apesar do gabarito da banca examinadora ter sido a letra B, R\$ 2.075,00.

Os candidatos mais atentos poderiam ser induzidos ao erro, por questão de língua portuguesa. Senão vejamos.

Ao verificar o valor do Custo da Mercadoria Vendida no dia 08/01, podemos ter duas interpretações:

- 1 – O valor do CMV exatamente no dia 08.01 e aí teríamos uma resposta. Pois tanto a mercadoria como o CMV seriam apurados no dia 08.
- 2 – O valor do Custo da Mercadoria que foi vendida no dia 08.01. Neste caso, consideraríamos a devolução das unidades vendidas. As mercadorias foram vendidas no dia 08, mas o CMV foi afetado pelos fatos subsequentes.

Desta feita, um candidato mais atento à língua portuguesa poderia simplesmente errar a questão pela ambiguidade do enunciado.

Na sequência iremos desconsiderar esses aspectos e seguir com a resolução da questão de acordo com o entendimento da banca:

A questão nos pede o valor do CMV em 08/01, ou seja, já podemos iniciar desconsiderando os acontecimentos dos dias 09/01 e 10/01. Sendo assim, teremos as seguintes informações a considerar:

O nosso estoque inicial é de 5 unidades a custo de R\$ 100,00 (cada) = R\$ 500,00

05/01 – Realizamos uma compra de 20 unidades (R\$ 110,00 cada) = R\$ 2.200,00

06/01 – Devolução de 1 das unidades R\$ 2.200,00 – R\$ 110,00 = R\$ 2.090

07/01 – Abatimento de R\$ 5,00 em cada umas das 19 unidades restantes R\$ 2.090,00 – 95 (19 x R\$ 5,00) = R\$ 1.995,00

08/01 – Venda de 20 unidades (pelo PEPS deve sair primeiro as que já estavam no estoque inicial)

5 unidades a R\$ 100,00 = R\$ 500,00

15 unidades a R\$ 105,00 (valor ajustado por unidade com o abatimento do dia 07/01) = R\$ 1.575,00

Logo temos: R\$ 500,00 + R\$ 1.575,00 = R\$ 2.075,00

ESTOQUE INICIAL: 5 X 100 = R\$ 500,00

DATA	ENTRADA		SAIDA/DEVOLUÇÃO			SALDO FINAL		
INICIAL						5	R\$100,00	R\$ 500,00
05	20	R\$ 110,00	R\$ 2.200,00			20	R\$ 110	R\$ 2.200,00
06				1	R\$110,00	R\$110,00		
06						19	R\$ 110,00	R\$ 2.090,00
07						19	R\$ 105,00	R\$1.995,00
08				5	R\$ 100,00	R\$500,00		
08				15	R\$ 105,00	R\$ 1.575,00		
08				CMV	=	R\$ 2.075,00		

Esses são os cálculos de acordo com o entendimento da banca na questão.

Gabarito Preliminar → B.

Solicitação → Anulação.

11. (Consulplan/Exame CFC/2022.2) Determinada sociedade empresária do ramo comercial apresentou os seguintes saldos iniciais em 1º/01/20XX:

Banco Conta Movimento	R\$ 160.000,00
Estoque de Mercadorias (200 unidades)	R\$ 20.000,00
Clientes	R\$ 60.000,00
Fornecedores	R\$ 130.000,00
Empréstimos – Curto Prazo	R\$ 40.000,00
Veículos	R\$ 40.000,00
Imóveis	R\$ 80.000,00
Capital Social	R\$ 308.500,00
Depreciação Acumulada Veículos	R\$ 500,00
Despesa Antecipada (Aluguel)	R\$ 120.000,00
Depreciação Acumulada Imóveis	R\$ 1.000,00

Durante o mês de janeiro do citado ano, ocorreram as operações descritas a seguir; analise-as.

01/01/20XX: Empresa vende à vista 100 unidades de mercadorias que estavam no estoque por R\$ 300,00 cada unidade.

05/01/20XX: Clientes pagaram a metade do que deviam.

04/01/20XX: Empresa comprou 50 unidades de mercadorias para revenda no valor total de R\$ 5.000,00, pagando à vista.

10/01/20XX: Empresa pagou 40% do que devia aos fornecedores.

15/01/20XX: Sócio integralizou capital no montante de R\$ 200.000,00, sendo metade integralizada na conta bancária e o restante em um imóvel.

17/01/20XX: Empresa vendeu 40 unidades de mercadorias a R\$ 250,00 cada. A venda foi a prazo.

20/01/20XX: Empresa pagou metade do empréstimo bancário.

21/01/20XX: Empresa reconheceu a despesa com energia elétrica e água, pagando o valor de R\$ 1.000,00.

31/01/20XX: Empresa reconheceu um mês de despesa com aluguel pago antecipadamente.

31/01/20XX: Empresa fez o reconhecimento da despesa com salários no valor de R\$ 3.000,00. Tal quantia será paga no mês seguinte.

31/01/20XX: Empresa fez a contabilização da depreciação e a amortização dos bens do ativo imobilizado de acordo com a legislação fiscal e com o quadro a seguir:

	Taxa Anual	Anos de Vida Útil
Veículos	20%	5
Imóveis	4%	25

Considerando exclusivamente as informações disponibilizadas e, ainda, a NBC TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, em relação ao Balanço Patrimonial da empresa, apurado em 31/01/20XX, assinale a afirmativa correta.

- A) O total do Ativo Circulante é R\$ 403.000,00.
- B) O total do Passivo Circulante é R\$ 217.566,66.
- C) O total do Ativo Não Circulante é R\$ 101.000,00.
- D) O total do Passivo Não Circulante é R\$ 20.000,00.

Comentários:

O gabarito dado pela Consulplan foi a letra a (Ativo Circulante de R\$ 403.000,00). Todavia, a questão contém um vício insanável que prejudica completamente a solução.

No quadro de contas, é possível perceber que temos a conta despesa antecipada de aluguel, no valor de R\$ 120.000,00. Contudo, não nos foi informado qual o período a que se refere tal despesa antecipada.

E, para fins de resposta, isso faz toda diferença, visto que, logo a seguir, o enunciado solicita:

“Empresa reconheceu um mês de despesa com aluguel pago antecipadamente”. Ora, como será reconhecido um mês de despesa de aluguel se não sabemos quantos meses foram adiantados. O valor pode se referir a 1 ano, 6 meses ou 10 anos, não há como saber, pois, sequer há classificação em circulante e não circulante.

Apenas para entendimento vamos desconsiderar esses aspectos por um instante e fazer a resolução da questão conforme o entendimento da banca:

SAL SALDOS INICIAIS
AC = R\$ 160.000,00 + R\$ 20.000,00 + R\$ 60.000,00 + R\$ 120.000,00 = R\$ 360.000,00
ANC = R\$ 40.000,00 + R\$ 80.000,00 – R\$ 500,00 – R\$ 1.000,00 = R\$ 118.500,00

$PC = R\$ 130.000,00 + 40.000,00 = R\$ 170.000,00$

$PNC = 0$

ATIVO CIRCULANTE		PASSIVO CIRCULANTE	
S.I : R\$ 360.000,00	R\$ 10.000,00 (1)	(4) R\$ 52.000,00	R\$ 170.000,00 S.I
(1) R\$ 30.000,00	R\$ 52.000,00 (4)	(7) R\$ 20.000,00	R\$ 3.000,00 (10)
(5) R\$ 100.000,00	R\$ 4.000,00 (6)		
(6) R\$ 10.000,00	R\$ 20.000,00 (7)		
	R\$ 1.000,00 (8)		
	R\$ 10.000,00 (9)		
SF. R\$ 403.000,00			R\$ 101.000,00

ATIVO NÃO CIRCULANTE		PL	
S.I R\$ 118.500,00	R\$ 933,33 (11)		R\$ 308.500,00
(5) R\$ 100.000,00			R\$ 200.000,00
R\$ 217.566,67			

ARE	
(1) R\$ 10.000,00	R\$ 30.000,00 (1)
(6) R\$ 4.000,00	R\$ 10.000,00 (6)
(8) R\$ 1.800,00	
(9) R\$ 10.000,00	
(10) R\$ 3.000,00	
(11) 933,33	

Gabarito Preliminar → A.

Solicitação → **Anulação.**

12. (Consulplan/Exame CFC/2022.2) Duas sociedades empresárias – empresa A e empresa B – realizaram uma operação conjunta no ano de X2. Essa operação se referiu à compra de 80% da empresa B pela empresa A, no valor de R\$ 50.000,00. O Balanço Patrimonial das duas empresas, no ano de X1, encontra-se disponibilizado a seguir:

ATIVO			PASSIVO		
	Empresa A	Empresa B		Empresa A	Empresa B
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
• Bancos	R\$ 150.000,00	R\$ 10.000,00			
Ativo Não Circulante			Passivo Não Circulante		
• Imobilizado					
• Terreno		R\$ 10.000,00	Patrimônio Líquido		
			• Capital Social	R\$ 150.000,00	R\$ 20.000,00
TOTAL DO ATIVO	R\$ 150.000,00	R\$ 20.000,00	TOTAL DO PASSIVO	R\$ 150.000,00	R\$ 20.000,00

Na data da compra, o valor de mercado do terreno era R\$ 20.000,00. Há, também, o valor de mercado da marca da empresa B, que era de R\$ 8.000,00. Nesse sentido, considerando exclusivamente tais informações, qual o valor do ágio por expectativa de rentabilidade futura na combinação de negócio (também chamado de goodwill) total contabilizado no Balanço Patrimonial consolidado ao final de X2?

(Considerar que o valor justo da parcela dos não controladores é igual ao do valor pago pelo novo controlador.)

- A) R\$ 12.500,00
- B) R\$ 24.500,00
- C) R\$ 38.000,00
- D) R\$ 50.000,00

Comentários:

Aqui, temos que encontrar o valor justo dos ativos e passivos.

Total do ativo = R\$ 20.000,00 + 10.000 (adicional do terreno) + 8.000 (marca) = 38.000,00.

Total dos passivos = 0,00.

Quando estamos falando de goodwill consolidado, o cálculo deve ser feito sobre o valor total da empresa e não apenas sobre o valor da controladora.

Valor pago + participação dos acionistas minoritários – valor justo de ativos e passivos.

R\$ 50.000,00 + participação dos acionistas minoritários – valor justo de ativos e passivos.

A questão nos diz que é para considerar que o valor justo da parcela dos não controladores é igual ao do valor pago pelo novo controlador.

Então, o que temos de fazer é:

R\$ 50.000,00	80%
Valor justo não controladores	20%

$50.000 \times 20\% = \text{Participação minoritários} \times 80\%$

$10.000,00/0,8 = \text{Participação minoritários}$

Participação minoritários = 12.500,00.

Voltando aos cálculos:

Valor pago + participação dos acionistas minoritários – valor justo de ativos e passivos.

$R\$ 50.000,00 + 12.500 - 38.000 = R\$ 24.500,00$ (Goodwill consolidado)

Gabarito → B.

13. (Consulplan/Exame CFC/2022.2) Uma sociedade empresária optante do lucro real apresentou as seguintes despesas, custos e receitas em 2021:

- Receita de serviços prestados (tributável): R\$ 500.000,00;
- Receita de equivalência patrimonial (não tributável): R\$ 20.000,00;
- Custos dos serviços prestados (dedutíveis): R\$ 250.000,00;
- Despesas com provisão para processos trabalhistas (não dedutíveis – temporárias): R\$ 50.000,00; e,
- Despesas com multas (não dedutíveis): R\$ 40.000,00.

A sociedade empresária apresenta histórico de lucratividade e um estudo detalhado que também prevê a apuração de lucro nos próximos cinco anos. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, o lucro líquido (contábil) da sociedade empresária, em 31/12/2021, considerando a alíquota fixa de tributos sobre o lucro de 34% foi:

- A) R\$ 95.000,00
- B) R\$ 108.800,00
- C) R\$ 112.000,00
- D) R\$ 180.000,00

Comentários:

O principal ponto dessa questão é que ela pede o lucro contábil.

Mas, para encontrar o IRPJ, temos de fazer o Imposto corrente (devido no ano) e o Imposto diferido (que é afetado pelo que acontecerá no futuro). Explico.

Vamos fazer a DRE:

Receita de serviços prestados (tributável):	R\$ 500.000,00
Custos dos serviços prestados (dedutíveis):	(R\$ 250.000,00)
Lucro bruto	R\$ 250.000,00
+ Receita de equivalência patrimonial (não tributável):	R\$ 20.000,00;
Despesas com provisão para processos trabalhistas (não dedutíveis – temporárias):	(R\$ 50.000,00);
Despesas com multas (não dedutíveis):	(R\$ 40.000,00)
LAIR	R\$ 180.000,00

E chegamos ao cálculo do Imposto de Renda.

No Imposto de Renda temos as chamadas adições e exclusões.

O que são as adições? São despesas na DRE que não podem ser abatidas no cálculo do IRPJ. Já pensou se os contribuintes que tivessem dezenas de multas ainda pudessem abater isso no valor dos tributos? Seria um contraponto, certo?

Então, as multas são adições. O mesmo vale para as provisões. Provisões são passivos de prazo ou valor incerto. Assim, contabilmente, a empresa pode lançar o que bem entender como provisão. Entretanto, não poderá valer dessa dedução no cálculo do imposto.

Já o resultado de equivalência patrimonial é uma exclusão, isso implica dizer que o valor já foi tributado na empresa investida. Se tributássemos novamente seria bitributação. Por isso, devemos abater o valor.

Fica assim:

LAIR	180.000,00
- REP	(20.000,00)
- Multas	40.000,00
- Provisões	50.000,00
Lucro ajustado	250.000,00
X IRPJ	34%
Imposto de renda corrente	85.000,00

Agora, temos que calcular o Imposto Diferido. O imposto diferido serve para fins contábeis. Como assim? Veja o caso das provisões! Embora elas não possam ser abatidas hoje do cálculo do IRPJ, lá na frente, se a empresa realmente perder este montante, haverá a possibilidade de deduzir. Por isso, vamos fazer o cálculo do IRPJ diferido, que, nesta hipótese, será um “crédito”.

IRPJ Diferido:

Provisões x 34% = 50.000 x 34% = 17.000,00.

Por fim, é só elaborar a DRE:

Receita de serviços prestados (tributável):	R\$ 500.000,00
Custos dos serviços prestados (dedutíveis):	(R\$ 250.000,00)
Lucro bruto	R\$ 250.000,00
+ Receita de equivalência patrimonial (não tributável):	R\$ 20.000,00;
Despesas com provisão para processos trabalhistas (não dedutíveis – temporárias):	(R\$ 50.000,00);
Despesas com multas (não dedutíveis):	(R\$ 40.000,00)
LAIR	R\$ 180.000,00
- IRPJ corrente	R\$ (85.000,00)
+ IRPJ diferido	R\$ 17.000,00
Lucro contábil	R\$ 112.000,00

Gabarito Preliminar → C.

14. (Consulplan/Exame CFC/2022.2) Uma indústria adquiriu um equipamento de grande porte em 1º de julho de 2020. Para aquisição da máquina, a sociedade deveria desembolsar R\$ 1.500.000,00 à vista. Após analisar o seu fluxo de caixa, a administração da indústria decidiu financiar o pagamento da máquina junto ao fornecedor em 36 parcelas mensais de R\$ 50.000,00, totalizando R\$ 1.800.000,00. Adicionalmente, a empresa ainda desembolsou R\$ 52.000,00 para transportar a máquina da sede do fornecedor ao local de sua instalação; R\$ 160.000,00 com tributos não recuperáveis; e, R\$ 10.000,00 com seguro no transporte. Sabe-se que a indústria contratou uma empresa especializada para realizar a instalação e incorreu em gastos com instalação no montante de R\$ 70.000,00. Findada a instalação, a fase de testes do funcionamento da máquina gerou custos de R\$ 14.000,00 e as amostras produzidas, na fase de testes, foram vendidas por R\$ 6.000,00. Devidamente instalada e testada, a máquina ficou apta para produzir em 1º de outubro de 2020. Posteriormente, a empresa pagou R\$ 5.000,00 na realização de um curso para treinamento de seus empregados a fim de operar o equipamento. O método de unidades produzidas foi adotado para o cálculo da depreciação, considerando valor residual de 10% do custo de aquisição. A capacidade estimada de produção ao longo da vida útil da máquina é de 2.000.000 unidades. Em 2020, a produção foi de 60.000 unidades. Em 2021, a produção foi de 220.000 unidades. Considerando tais informações e, ainda, de acordo com a NBC TG 27 (R4) – Ativo Imobilizado, é correto afirmar que o valor contábil líquido (deduzido o saldo da depreciação acumulada) desse ativo, em 31/12/2021, foi:

- A) R\$ 1.566.208,00
- B) R\$ 1.573.200,00
- C) R\$ 1.577.570,00
- D) R\$ 1.835.400,00

Comentários:

A questão pede o valor contábil líquido (deduzido o saldo da depreciação acumulada) desse ativo, em 31/21/2021.

Inicialmente, é preciso saber o que compõe o custo do ativo imobilizado, de acordo com o CPC 27:

Custo do ativo imobilizado (CPC 27)	
Inclui	Não inclui
Preço de aquisição + Imposto Importação + Impostos não recuperáveis	Descontos comerciais e abatimentos
Preparação do local	Custos de abertura de nova instalação
Frete e manuseio por conta do comprador	Frete por conta do vendedor
Instalação e montagem	Propaganda e atividades promocionais
Testes	Custos de treinamento
Honorários profissionais (engenheiros, arquitetos, por exemplo)	Transferência posterior (novo local)
Custos de desmontagem (futuro, traz a valor presente)	Custos administrativos
Custo de remoção (futuro, traz a valor presente)	Outros custos indiretos
Outros custos diretamente atribuíveis	Remoção, desmontagem de máquinas antigas

Passo 1) Cálculo do custo do ativo imobilizado:

Preço à vista: 1.500.000

+ Frete: 52.000
 + Tributos não recuperáveis: 160.000
 + Seguro transporte: 10.000
 + Instalação: 70.000
 + Testes: 14.000 – 6.000 (amostras vendidas) = 8.000
= Custo do ativo imobilizado: 1.800.000

Passo 2) Cálculo da depreciação pelo método das unidades produzidas:

6.3.3 Método De Unidades Produzidas

Por este método, estima-se a quantidade total de unidades que será produzida. A depreciação é feita dividindo-se o total efetivamente produzido pela capacidade total de produção.

O valor residual informado foi de 10% do custo de aquisição. Sendo o custo de R\$1.800.000:

$1.800.000 \times 10\% = 180.000$
 Valor depreciável = custo de aquisição – valor residual
Valor depreciável = 1.800.000 – 180.000 = R\$1.620.000

O enunciado disse que a capacidade de produção ao longo da vida útil da máquina é de 2.000.000 unidades. Em 2020 foram produzidas 60.000 unidades:

$60.000 / 2.000.000 = 0,03$

Depreciação em 2020 = 0,03 x R\$1.620.000 = R\$48.600

Em 2021 foram produzidas 220.000 unidades:
 $220.000 / 2.000.000 = 0,11$

Depreciação em 2021 = 0,11 x R\$1.620.000 = R\$178.200

Depreciação acumulada até 31/12/2021 = 48.600 + 178.200 = R\$226.800

Passo 3) Cálculo do valor contábil em 31/12/2021

Custo de aquisição – depreciação acumulada = R\$1.800.000 – R\$226.800 = R\$1.573.200

Portanto, o valor contábil líquido do ativo em 31/12/2021 é de R\$1.573.200,00.

Gabarito Preliminar → B.

15. (Consulplan/Exame CFC/2022.2) A empresa Potiffar Ltda. atua no ramo de revenda de celulares para consumidores finais. No dia 10/08/2022, a empresa adquiriu dez celulares da marca Xonglong, sendo o valor total da nota fiscal de entrada de R\$ 21.120,00, pagando 50% à vista e 50% para pagamento em dois meses. Na operação incidem IPI à alíquota de 10% (com valor destacado na Nota Fiscal) e ICMS de 18%. Considerando única e exclusivamente as informações disponibilizadas, a situação descrita e o disposto na NBC TG 16 (R2) – Estoques, a escrituração contábil da operação no Livro Diário será:

D – Mercadorias para revenda	R\$ 17.664,00
A) D – ICMS a recuperar	R\$ 3.456,00
C – Bancos Conta Movimento	R\$ 10.560,00
C – Fornecedores Nacionais	R\$ 10.560,00
D – Mercadorias para revenda	R\$ 15.774,00
D – ICMS a recuperar	R\$ 3.456,00
B) D – IPI a recuperar	R\$ 1.920,00
C – Bancos Conta Movimento	R\$ 10.560,00
C – Fornecedores Nacionais	R\$ 10.560,00
D – Mercadorias para revenda	R\$ 17.318,40
C) D – ICMS a recuperar	R\$ 3.801,60
C – Bancos Conta Movimento	R\$ 10.560,00
C – Fornecedores Nacionais	R\$ 10.560,00
D – Mercadorias para revenda	R\$ 15.398,40
D – ICMS a recuperar	R\$ 3.801,60
D) D – IPI a recuperar	R\$ 1.920,00
C – Bancos Conta Movimento	R\$ 10.560,00
C – Fornecedores Nacionais	R\$ 10.560,00

Comentário:

A grande pegadinha da questão em epígrafe é que o valor de R\$ 21.120,00 já é o valor total da nota fiscal, isto é, nele já estão inclusos todos os valores, incluindo o IPI que é um imposto por fora.

No curso Escola Contábil/CFC De A a Z, sempre enfatizamos que existe uma diferença entre preço e valor total da NF ou valor total pago, pois esses dois últimos já incluem todas as hipóteses de tributos porventura existentes.

A empresa Potiffar, da questão, é revendedora, portanto, não recupera o IPI. Com isso, podemos prontamente descartar as alternativas B e D.

Grande parte dos candidatos erram ao calcular o ICMS diretamente sobre R\$ 21.120,00.

O correto é lembrar na estrutura seguinte:

Valor da nota fiscal:

IPI	10% X
Preço da mercadoria	X
(-) ICMS	18% X

Com isso, entendemos que o valor da nota fiscal é $X + 10\% X = 21.120$

$$1,1 X = 21.120$$

$$X = 19.200,00.$$

Agora é só elaborar a estrutura.

IPI	1.920
Valor da mercadoria	19.200
(-) ICMS	(3.456)
Valor líquido da mercadoria $19.200 + 1.920 - 3.456$	17.664

Chegamos ao gabarito de letra a.

D – Mercadorias para revenda	R\$ 17.664,00
A) D – ICMS a recuperar	R\$ 3.456,00
C – Bancos Conta Movimento	R\$ 10.560,00
C – Fornecedores Nacionais	R\$ 10.560,00

Gabarito Preliminar → A.

16. (Consulplan/Exame CFC/2022.2) Uma empresa do ramo comercial apresentou, no mês de dezembro/2021, os seguintes fatos econômicos:

- I. Venda de mercadorias pelo valor bruto de R\$ 40.000,00, sobre o qual incidem PIS e COFINS, sob o regime cumulativo, e também à alíquota interna de 15%.
- II. Desconto incondicional sobre a venda, no valor de R\$ 4.000,00.
- III. Como parte da venda foi efetuada a longo prazo, houve contabilização de ajuste a valor presente do crédito a receber, no valor de R\$ 3.500,00, indedutível para fins tributários.
- IV. O custo das mercadorias vendidas equivale a 35% do valor da Receita Líquida.
- V. A referida empresa é optante pelo regime de tributação do IRPJ com base no lucro presumido e adota o regime de competência para fins de incidência da Contribuição para o PIS e para COFINS.

Informações adicionais:

- As alíquotas cumulativas da Contribuição para o PIS e para COFINS, de acordo com o Art. 124 da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019 são, respectivamente, de 0,65% e de 3%; e,
- O valor do ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal.

Com base nas informações disponibilizadas, o Resultado com Mercadorias do mês de dezembro/2021 foi:

- A) R\$ 15.025,85
- B) R\$ 15.778,18
- C) R\$ 16.889,02
- D) R\$ 19.164,02

Comentários:

Essa questão tem uma falha grave. Ela não nos fornece a alíquota do ICMS. Na realidade, a intenção do examinador era dizer que a alíquota do Imposto sobre mercadorias seria de 15%, mas falhou neste aspecto. Mas vamos desconsiderar estes aspectos e elaborar a DRE.

Receita de vendas	R\$ 40.000,00
Desconto incondicional	-R\$ 4.000,00
ICMS $([40.000 - 4.000] \times 15\%)$	-R\$ 5.400,00
PIS $([40.000 - 4.000 - 5.400] \times 0,65\%)$	-R\$ 198,90
COFINS $([40.000 - 4.000 - 5.400] \times 3\%)$	-R\$ 918,00
Ajuste a valor presente	-R\$ 3.500,00
Receita líquida	R\$ 25.983,10
CMV	-R\$ 9.094,09
Lucro bruto	R\$ 16.889,02

Gabarito Preliminar → C.

Solicitação → Anulação.

17. (Consulplan/Exame CFC/2022.2) Por meio de Memorando Conjunto do Departamento Jurídico e do Departamento Tributário, o Departamento de Contabilidade da Cia. Terra Prometida é comunicado de que a entidade acaba de ingressar com ação judicial contra a União, pleiteando créditos tributários cobrados a maior nos últimos cinco anos. O documento informa ainda que, em casos parecidos, não há consenso sobre o efetivo direito das empresas, sendo possível, mas improvável, o desfecho favorável da ação. Diante da situação descrita, e com base na NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o contador da Cia. Terra Prometida:

- A) Não deve proceder a qualquer registro contábil em contas patrimoniais, nem efetuar qualquer tipo de divulgação em notas explicativas.
- B) Deve registrar em conta de Ativo Diferido o valor das diferenças apuradas pelos outros setores, atualizados monetariamente e corrigidos por juros de mora.
- C) Deve divulgar o fato em notas explicativas sem, no entanto, proceder ao registro de qualquer direito no Balanço Patrimonial, ante a incerteza de fruição de benefícios econômicos futuros.
- D) Deve registrar em conta de Ativo Não Circulante – Realizável a Longo Prazo – Créditos Tributários, o montante provável de realização da ação judicial, em valores nominais, divulgando o fato em notas explicativas.

Comentários:

Questão tranquila, também abordada no curso CFC De A a Z.

Neste caso, a companhia ingressou com ação judicial contra a União.

Sabemos que para o passivo, quando estamos diante de um desfecho provável, contabilizamos uma provisão.

Se é possível, divulgamos um passivo contingente. E, se é remoto, não fazemos nada.

Contudo, no caso de ativo, em virtude da prudência, temos uma situação distinta. Como?

Vamos ilustrar com uma tabela apresentada no CPC 25.

Ativo Contingente

São caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, há um ativo possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.		
A entrada de benefícios econômicos é praticamente certa.	A entrada de benefícios econômicos é provável, mas não praticamente certa.	A entrada não é provável.
O ativo não é contingente (item 33).	Nenhum ativo é reconhecido (item 31). Divulgação é exigida (item 89).	Nenhum ativo é reconhecido (item 31). Nenhuma divulgação é exigida (item 89).

Para o ativo:

- Entrada de recursos praticamente certa: contabiliza (mas não é ativo contingente).
- Entrada de recursos provável: não contabiliza, mas divulga.
- Entrada de recursos improvável: não contabiliza, nem divulga.

Portanto, na questão em tela, estamos diante da última situação e o gabarito é a letra a: não deve proceder a qualquer registro contábil em contas patrimoniais, nem efetuar qualquer tipo de divulgação em notas explicativas.

Gabarito Preliminar → A.

18. (Consulplan/Exame CFC/2022.2) A Indústria W produz somente os produtos A, B e C e trabalhou com sua capacidade normal de produção. As informações seguintes foram coletadas na gerência de custos da Indústria W e se referem aos dados de produção dos produtos A, B e C no mês de abril/2022.

	Custos Diretos de Produção Variáveis / Total no mês	
	Mão de Obra	Matéria-Prima
Produto A	R\$ 15.000,00	R\$ 6.000,00
Produto B	R\$ 17.000,00	R\$ 21.000,00
Produto C	R\$ 42.000,00	R\$ 58.000,00

Custos Indiretos de Produção Fixos / Total no mês	
Manutenção das Instalações Fabris	R\$ 20.000,00
Aluguel	R\$ 15.000,00
Energia Elétrica	R\$ 25.000,00

Todo o processo de produção dos produtos A, B e C passa por três departamentos existentes na Indústria W. A indústria utiliza o critério de departamentalização para alocação dos Custos Indiretos de Produção Fixos a esses produtos e tais custos são assim distribuídos por departamento:

	Distribuído por	Departamento 1	Departamento 2	Departamento 3
Manutenção das Instalações Fabris	horas/máquinas trabalhadas	100/horas	50/horas	50/horas
Aluguel	área em m ²	50 m ²	50 m ²	150 m ²
Energia Elétrica	consumo em kWh	200 kWh	300 kWh	500 kWh

A Indústria W utiliza as seguintes proporções para distribuição dos custos departamentais aos Produtos A, B e C:

	Departamento 1	Departamento 2	Departamento 3
Produto <u>A</u>	5%	30%	40%
Produto <u>B</u>	25%	15%	40%
Produto <u>C</u>	70%	55%	20%

Considerando única e exclusivamente as informações apresentadas, assinale a alternativa que evidencia, respectivamente, o custo total para produzir 1.000 unidades de cada um dos produtos A, B e C no mês de abril/2022.

- A) R\$ 37.150,00; R\$ 55.425,00; R\$ 126.425,00.
 B) R\$ 41.000,00; R\$ 58.000,00; R\$ 120.000,00.
 C) R\$ 41.000,00; R\$ 53.000,00; R\$ 125.000,00.
 D) R\$ 39.000,00; R\$ 53.000,00; R\$ 126.000,00.

Comentários:

A questão apresenta falha, o exercício não nos diz quantas unidades de cada produto foram produzidas no mês em questão. Portanto não conseguimos chegar ao dado pedido: o custo para produção de 1.000 unidades de cada produto no mês. O que o enunciado exige é que inferimos que serão produzidas 1.000 unidades de cada produto produzidos neste mês. Mas, em provas, os candidatos devem trabalhar pela convicção do enunciado e não por inferências.

No entanto, para a resolução da questão didaticamente vamos desconsiderar estes aspectos e considerar que nos foram passadas todas as informações corretamente.

Questão de Contabilidade de Custos, na qual cabe um recurso. Pode ser resolvida com raciocínio lógico.

O enunciado cita três Produtos (A, B e C) e três Departamentos (1, 2 e 3), e dá os custos com mão de obra e matéria-prima para os produtos. Além disso, o enunciado também dá os custos combinados dos 3 departamentos com Manutenção, Aluguel e Energia, além da participação de cada departamento nesses custos.

Todos os produtos passam por todos os departamentos. O enunciado também nos diz o percentual de custos de cada produto dentro de cada departamento. Com isso, conseguimos chegar ao custo de cada produto dentro de cada departamento, e discriminar o custo total de cada produto no mês.

O exercício pode ser resolvido considerando 1.000 unidades de cada produto produzidos neste mês, e, portanto, a aceitação de um recurso pela banca é improvável.

Vamos à resolução:

Primeiro vamos encontrar os gastos totais de cada departamento (passo 1), depois encontrar quanto cada produto gastou em cada departamento (passo 2), para, por fim, somar esse custo ao custo de mão de obra e o de matéria-prima (passo 3). Assim, chegaremos à resposta pedida pelo enunciado: o custo de produção de cada produto no mês em referência.

Vamos lá:

1. Encontrar os gastos totais de cada departamento

a. Gastos por Departamento com Manutenção – O custo total de manutenção foi de R\$ 20.000,00. O Departamento 1 (D1) gastou 100 horas, enquanto os Departamentos 2 (D2) e 3 (D3) gastaram 50 horas cada. O total de horas de manutenção gasto foi de 200 horas, a um custo de R\$ 100,00/hora. Temos então os seguintes gastos de cada Departamento com a Manutenção:

Departamento	Horas x Custo/Hora	Custo individual
1	100 x R\$ 100,00	R\$ 10.000,00
2	50 x R\$ 100,00	R\$ 5.000,00
3	50 x R\$ 100,00	R\$ 5.000,00

b. Gasto por Departamento com Aluguel – Fazendo o mesmo processo de 1.a, temos: custo total de aluguel igual a R\$ 15.000,00; D1 ocupando 50 m², D2 ocupando 50 m² e D3 ocupando 150 m²; totalizando um espaço de 250 m² a um preço de R\$ 60,00/m². Fazendo os cálculos na tabela:

Departamento	M ² x Custo/m ²	Custo individual
1	50 x R\$ 60,00	R\$ 3.000,00
2	50 x R\$ 60,00	R\$ 3.000,00
3	150 x R\$ 60,00	R\$ 9.000,00

c. Gasto por Departamento com Energia Elétrica – Fazendo novamente o mesmo processo de 1.a, temos: custo total de Energia de R\$ 25.000,00; D1 gastando 200 kWh, D2 gastando 300 kWh e D3 gastando 500 kWh; totalizando então 1.000 kWh gastos, a R\$ 25,00/kWh. Colocando na tabela temos:

Departamento	kWh x Custo/kWh	Custo individual
1	200 x R\$ 25,00	R\$ 5.000,00
2	300 x R\$ 25,00	R\$ 7.500,00
3	500 x R\$ 25,00	R\$ 12.500,00

d. Agora que temos o gasto de cada departamento nos Custos Indiretos, podemos calcular o total gasto por departamento, concluindo assim a etapa 1:

Departamento	Custo de Manutenção	Custo de Aluguel	Custo de Energia	Custo total
1	R\$ 10.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 18.000,00
2	R\$ 5.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 7.500,00	R\$ 15.500,00
3	R\$ 5.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 12.500,00	R\$ 26.500,00

2. Encontrar quanto cada produto gastou em cada departamento

a. Produto A – Sabemos que o Produto A (PA) foi responsável por 5% dos gastos do D1, 30% dos gastos do D2 e 40% dos gastos do D3. Multiplicando essas porcentagens pelos custos totais de cada Departamento, chegamos a:

Produto A	D1	D2	D3	Total
Porcentagem	5%	30%	40%	
Gasto	R\$ 900,00	R\$ 4.650,00	R\$ 10.600,00	R\$ 16.150,00

b. Produto B – Sabemos que o Produto B (PB) foi responsável por 25% dos gastos de D1, 15% dos gastos de D2 e 40% dos gastos de D3. Multiplicando essas porcentagens pelos custos totais de cada Departamento, chegamos a:

Produto B	D1	D2	D3	Total
Porcentagem	25%	15%	40%	
Gasto	R\$ 4.500,00	R\$ 2.325,00	R\$ 10.600,00	R\$ 17.425,00

c. Produto C – Sabemos que o Produto C (PC) foi responsável por 70% dos gastos de D1, 55% dos gastos de D2 e 20% dos gastos de D3. Multiplicando essas porcentagens pelos custos totais de cada Departamento, chegamos a:

Produto C	D1	D2	D3	Total
Porcentagem	70%	55%	20%	
Gasto	R\$ 12.600,00	R\$ 8.525,00	R\$ 5.300,00	R\$ 26.425,00

d. Com isso, obtivemos os custos que cada Produto teve nos Departamentos, e podemos prosseguir para o passo 3: encontrar o custo total de cada produto no mês em questão.

3. Encontrar o custo total de cada produto no mês

a. Produto A – Basta somar o Custo Indireto de PA (encontrado em 2.a), o custo de Mão de Obra dado e o custo com Matéria-Prima, também dado:

Produto A	Mão de Obra	Matéria-Prima	Indiretos	Total
Valor	R\$ 15.000,00	R\$ 6.000,00	R\$ 16.150,00	R\$ 37.150,00

Apenas com esse dado já conseguiríamos encontrar a resposta, pois a alternativa a) é a única que dá como custo total para o PA o valor encontrado de R\$ 37.150,00. Mas prosseguiremos para conferir que o gabarito bateu.

b. Produto B – Basta somar o Custo Indireto de PB (encontrado em 2.b), o custo de Mão de Obra dado e o custo com Matéria-Prima, também dado:

Produto B	Mão de Obra	Matéria-Prima	Indiretos	Total
Valor	R\$ 17.000,00	R\$ 21.000,00	R\$ 17.425,00	R\$ 55.425,00

Por enquanto, confirmada a resposta na alternativa a).

c. Produto C – Para bater o martelo na alternativa a) como resposta, devemos encontrar, para PC, o custo total de R\$ 126.425,00. Somaremos, então, o Custo Indireto de PC (encontrado em 2.c), o custo de Mão de Obra (dado) e o custo com Matéria-Prima (também dado):

Produto C	Mão de Obra	Matéria-Prima	Indiretos	Total
Valor	R\$ 42.000,00	R\$ 58.000,00	R\$ 26.425,00	R\$ 126.425,00

d. Conforme esperado, encontramos o valor de R\$ 126.425,00.

Gabarito Preliminar → A.

Solicitação → Anulação.

19. (Consulplan/Exame CFC/2022.2) Uma pequena indústria fabrica somente três produtos: produto A, produto B e produto C. Apesar de serem produtos distintos, eles têm em sua composição a matéria-prima X. O custo da matéria-prima X é de R\$ 2,00 por kg e, no mês de fevereiro de 2022, o consumo dessa matéria-prima para produzir cada um dos produtos foi:

- Produto A : 6 kg de matéria-prima por unidade produzida.
- Produto B : 2 kg de matéria-prima por unidade produzida.
- Produto C : 8 kg de matéria-prima por unidade produzida.

Outras informações levantadas em fevereiro de 2022:

- A pequena indústria produziu 1.000 unidades de cada produto e trabalhou com sua capacidade normal de produção;
- O total dos Custos Fixos Indiretos de fabricação foi de R\$ 43.000,00. Esse valor foi assim rateado entre os produtos: 30% para o Produto A, 35% para o Produto B e 35% para o Produto C; e,
- O Custo Total da mão de obra direta para fabricação dos três produtos foi de R\$ 40.000,00. Esse valor foi assim distribuído aos produtos: 25% para o Produto A, 30% para o Produto B e 45% para o Produto C.

Considerando única e exclusivamente as informações disponibilizadas, assinale a alternativa que evidencia o custo unitário de cada unidade do produto A, produto B e produto C, respectivamente.

- A) R\$ 22,90; R\$ 27,05; R\$ 33,05.
- B) R\$ 24,90; R\$ 19,05; R\$ 31,05.
- C) R\$ 34,90; R\$ 16,00; R\$ 49,05.
- D) R\$ 34,90; R\$ 31,05; R\$ 49,05.

Comentários:

A questão solicita o custo unitário de cada unidade de 03 produtos (A, B e C), dados os custos com matéria-prima, custos fixos indiretos de fabricação e custo da mão de obra para a produção de 1.000 unidades.

Começando pelos custos com matéria-prima, sabemos que o quilograma da matéria-prima custa R\$ 2,00 e nos é dado quando cada produto utiliza da matéria-prima:

- Produto A utiliza 6 kg de matéria prima a cada unidade produzida, então cada unidade gasta $6 \times 2 = R\$ 12,00$ de matéria-prima
- Produto B utiliza 2 kg de matéria prima a cada unidade produzida, então cada unidade gasta $2 \times 2 = R\$ 4,00$ de matéria-prima
- Produto C utiliza 8 kg de matéria prima a cada unidade produzida, então cada unidade gasta $8 \times 2 = R\$ 16,00$ de matéria-prima

Os Custos Fixos foram de R\$ 43.000,00 sabemos que esse valor foi distribuído entre os produtos da seguinte forma:

- A: 30% = R\$ 12.900,00 para mil unidades, então R\$ 12,90 para cada unidade
- B: 35% = R\$ 15.050,00 para mil unidades, então R\$ 15,05 para cada unidade
- C: 35% = R\$ 15.050,00 para mil unidades, então R\$ 15,05 para cada unidade

Os custos com mão de obra foram de R\$ 40.000,00. Sabemos que esse valor foi distribuído entre os produtos da seguinte forma:

- A: 25% = R\$ 10.000,00 para mil unidade, então R\$ 10,00 por unidade
- B: 30% = R\$ 12.000,00 para mil unidade, então R\$ 12,00 por unidade
- C: 45% = R\$ 18.000,00 para mil unidade, então R\$ 18,00 por unidade

Somando os custos unitários de cada produto temos:

- A: $12,00 + 12,90 + 10,00 = 34,90$
- B: $4,00 + 15,05 + 12,00 = 31,50$
- C: $16,00 + 15,05 + 18,00 = 49,05$

Gabarito Preliminar → D.

20. (Consulplan/Exame CFC/2022.2) As informações seguintes foram coletadas na gerência de custos da Indústria A e se referem aos dados de produção e venda dos produtos Z e W no mês de fevereiro de 2022.

Itens	Custos Diretos de Produção Variáveis / Total no mês	
	<u>Z</u>	<u>W</u>
• Mão de obra	R\$ 20.000,00	R\$ 30.000,00
• Matéria-prima consumida	R\$ 28.000,00	R\$ 42.000,00
TOTAL:	R\$ 48.000,00	R\$ 72.000,00

Itens	Custos Indiretos de Produção Fixos / Total no mês
• Manutenção de instalações fabris	R\$ 18.000,00
• Outros custos indiretos	R\$ 37.000,00
TOTAL:	R\$ 55.000,00

Produtos	Produção Total (kg)	Preço de Venda por kg	Receita de Vendas
• Produto <u>Z</u>	20.000	R\$ 2,40	R\$ 48.000,00
• Produto <u>W</u>	30.000	R\$ 0,80	R\$ 24.000,00

Informações adicionais:

- A produção total de Z e W foi completamente vendida no mês;

- A indústria produz somente os produtos Z e W e trabalhou com sua capacidade normal de produção; e,
- A indústria utiliza os custos totais com mão de obra direta como critério de rateio dos custos indiretos da produção.

Considerando única e exclusivamente as informações disponibilizadas e empregando o sistema de custeio por absorção, assinale o Resultado Bruto apurado pela indústria com a venda de toda a produção de Z e W no mês de fevereiro de 2022.

- A) –R\$ 48.000,00
- B) R\$ 72.000,00
- C) –R\$ 85.000,00
- D) –R\$ 103.000,00

Comentários:

Questão simples que solicita o Resultado Bruto apurado por uma indústria com a venda de toda a produção de seus produtos Z e W em fev/2022.

É dado os Custos Diretos de Produção Variáveis no mês, que é de:

- Produto Z = R\$ 48.000,00
- Produto W = R\$ 72.000,00

Já os Custos Indiretos de Produção Fixos do mês são de R\$ 55.000,00

Somando os custos de produção temos: $48.000 + 72.000 + 55.000 = \text{R\$ } 175.000,00$

O enunciado nos conta que toda a produção de Z e W foi vendida, sabemos que a receita de vendas do produto:

- Z foi de R\$ 48.000,00
- W foi de R\$ 24.000,00

Somando as receitas temos: $48.000 + 24.000 = \text{R\$ } 72.000,00$

Para chegarmos ao Resultado Bruto subtraímos os custos de produção das receitas, ou seja, $72.000 - 175.000 = -103.000,00$

Gabarito Preliminar → D.

21. (Consulplan/Exame CFC/2022.2) Determinada empresa industrial, que produz dois tipos de produtos: chinelo azul e chinelo amarelo, está estruturada em três departamentos: Alfa, Beta e Gama. O departamento Gama não possui vínculo direto com a fabricação dos dois produtos, mas presta serviço aos outros dois departamentos. A empresa apresentou as seguintes informações:

Departamento	Gasto por Departamento (R\$)
Alfa	3.000,00
Beta	4.000,00
Gama	9.000,00

Departamento	% de horas de trabalho – chinelo azul	% de horas de trabalho – chinelo amarelo
Alfa	60%	40%
Beta	40%	60%

Departamento	Quantitativo de serviços prestados pelo departamento Gama
Alfa	200
Beta	100

Considerando as informações disponibilizadas, assinale os custos a serem alocados à produção de chinelo azul e chinelo amarelo, respectivamente, empregando o critério do método de Custeio Baseado em Atividades (ABC) para rateio de custos indiretos.

- A) R\$ 8.200,00; R\$ 7.800,00
- B) R\$ 3.400,00; R\$ 2.600,00
- C) R\$ 4.800,00; R\$ 4.200,00
- D) R\$ 3.000,00; R\$ 4.000,00

Comentários:

A primeira observação a ser feita é que está questão não precisava de nenhum conhecimento para sua resolução, bastava um pouco de bom senso e a famosa #SAGACIDADE. O examinador pede para você alocar os custos de produção aos dois produtos, custos estes que somados apresentam um total de R\$ 16.000,00 (3 mil + 4 mil + 9 mil), note que a única alternativa que apresenta esta soma é a alternativa A (R\$ 8.200,00 + R\$ 7.800,00) que é o nosso Gabarito. As demais alternativas não apresentam essa soma o que as elimina.

Mas vamos a resolução pela forma tradicional:

O primeiro passo será calcular o departamento gama.

$$\text{Gama} = 9.000 \text{ (custos)} / 300 \text{ (nº pedidos)} = \text{R\$ } 30,00 \text{ por pedido}$$

Logo temos:

$$\text{Alfa} = 200 \text{ (pedidos)} \times \text{R\$ } 30 \text{ (custo gama)} = \text{R\$ } 6.000,00 \text{ (custo com gama)}$$

$$\text{Beta} = 100 \text{ (pedidos)} \times \text{R\$ } 30 \text{ (custo gama)} = \text{R\$ } 3.000,00 \text{ (custo com gama)}$$

Somando os custos de cada departamento:

$$\text{Alfa: R\$ } 3.000,00 \text{ (informado na tab 1)} + \text{R\$ } 6.000,00 \text{ (custo com gama)} = \text{R\$ } 9.000,00$$

$$\text{Beta: R\$ } 4.000,00 \text{ (informado na tab 1)} + \text{R\$ } 3.000,00 \text{ (custo com gama)} = \text{R\$ } 7.000,00$$

Agora vamos alocar os custos:

Chinelo azul:

$$R\$ 2.800 \text{ (40\% de beta, R\$ 7.000)} + R\$ 5.400 \text{ (60\% de alfa, R\$ 9.000)} = R\$ 8.200,00$$

Chinelo amarelo

$$R\$ 4.200 \text{ (60\% de beta, R\$ 7.000)} + R\$ 3.600 \text{ (40\% de alfa, R\$ 9.000)} = R\$ 7.800,00$$

Gabarito Preliminar → A.

22. (Consulplan/Exame CFC/2022.2) Determinada entidade do setor público registrou, no exercício de X1, um ativo no valor de R\$ 120,00. Porém, o valor correto seria de R\$ 90,00. Com isso, o superavit apurado foi maior que o superavit real, conforme apurado no Balanço Patrimonial do ano X1, na conta de Resultados Acumulados, como demonstrado a seguir:

Balanço Patrimonial – Ano X1 (R\$)			
Ativo		Passivo	
Ativo Circulante	R\$ 120,00	Passivo Circulante	R\$ 100,00
Ativo Não Circulante	R\$ 300,00	Passivo Não Circulante	R\$ 200,00
		Patrimônio Líquido	
		Resultados Acumulados	R\$ 120,00
Total	R\$ 420,00	Total	R\$ 420,00

No exercício seguinte (X2) foi identificado o erro. Neste exercício, antes do ajuste do erro, foi apurado o Balanço Patrimonial como demonstrado a seguir:

Balanço Patrimonial – Ano X2 (R\$)			
Ativo		Passivo	
Ativo Circulante	R\$ 180,00	Passivo Circulante	R\$ 150,00
Ativo Não Circulante	R\$ 350,00	Passivo Não Circulante	R\$ 250,00
		Patrimônio Líquido	
		Resultados Acumulados	R\$ 130,00
Total	R\$ 530,00	Total	R\$ 530,00

Considerando a ocorrência de apenas o erro relatado e, ainda, unicamente as informações disponibilizadas, assinale a alternativa correta sobre o Balanço Patrimonial em X2 após a realização do ajuste.

- A) O valor total do Ativo no Balanço Patrimonial em X2 ajustado é de R\$ 560,00.
- B) O valor do Ativo Circulante no Balanço Patrimonial em X2 ajustado é de R\$ 180,00.
- C) O valor do Passivo Circulante no Balanço Patrimonial em X2 ajustado é de R\$ 250,00.
- D) O valor do Patrimônio Líquido no Balanço Patrimonial em X2 ajustado é de R\$ 100,00.

Comentários:

A questão atípica que cobra conceitos de ajuste de erros.

No setor público, a norma que trata do tema é a **NBC TSP 23**. De acordo com a norma, erros de períodos anteriores são omissões e incorreções nas demonstrações contábeis da entidade, de um ou mais períodos anteriores, decorrentes de falhas no uso ou uso incorreto de informação confiável que:

- (a) estava disponível quando da autorização para a divulgação das demonstrações contábeis desses períodos;
- e
- (b) poderia ter sido obtida de forma razoável e levada em consideração na elaboração e na apresentação dessas demonstrações contábeis.

Tais erros incluem os efeitos de incorreções matemáticas, incorreções na aplicação de políticas contábeis, omissões, descuidos, interpretações incorretas de fatos e fraudes.

Essa questão foi retirada do exemplo da página 334 do MCASP 9ª edição. O lançamento a ser feito para ajuste do erro é:

D- 2.3.7.x.x.xx Resultados acumulados	30,00
C- 1.1.x.x.x.xx Ativo	30,00

Por que o lançamento foi no valor de 30? A questão diz que o ativo foi lançado erroneamente no valor de 120, quando deveria ser 90. Ou seja, uma diferença de 30. Perceba também que, ao debitar a conta resultados acumulados, diminuimos o seu saldo de 130 para 100. E como ela é a única conta do PL, esse é o saldo refletido no grupo.

Por fim, ao creditar o ativo, diminuimos o seu saldo, passando de 180 para 150.

Gabarito Preliminar → D.

23. (Consulplan/Exame CFC/2022.2) O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), que deve ser adotado por todos os entes da Federação, constitui um instrumento para a consolidação das contas nacionais, bem como para a adoção das normas internacionais de contabilidade. Em relação aos aspectos relacionados ao PCASP, assinale a afirmativa correta.

- A) Nos lançamentos de natureza de controle, são debitadas e creditadas contas das classes 7 e 8.
- B) Para lançamentos da classe 1. ATIVO, utilizar-se-á uma conta da classe 5 (a crédito) e uma conta da classe 6 (a débito).
- C) De acordo com a estrutura do código da conta contábil, na conta 1.1.0.0.0.00.00 – Ativo Circulante, o primeiro dígito, ou seja, 1º nível, representa o Título.
- D) Na conta 1.2.1.4.1.00.00 Estoques – Consolidação, o 4º nível é o mecanismo para a segregação dos valores das transações que serão incluídas ou excluídas na consolidação.

Comentários:

A questão cobra conhecimentos sobre o PCASP, tão falado nas nossas aulas na Escola Contábil e CFC de A a Z.

A única alternativa correta é a letra A, pois, **nos lançamentos de natureza de CONTROLE, só podemos debitar e creditar (fazer lançamentos) contas das classes 7 e 8.**

PCASP		
Natureza da informação	Classes	
Patrimonial	1. Ativo	2. Passivo
	3. Variações Patrimoniais Diminutivas	4. Variações Patrimoniais Aumentativas
Orçamentária	5. Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento	6. Controles da Execução do Planejamento e Orçamento
Controle	7. Controles Devedores	8. Controles Credores

O erro da B é que o ativo é uma classe da natureza de informação patrimonial.

Logo, só pode debitar e creditar com contas de classes 2, 3 e 4 (como vemos acima). Na letra C, o erro é que o primeiro nível não é chamado de título, e sim CLASSE. Por fim, a letra D peca ao dizer o 4º nível é quem determina a segregação dos valores a serem incluídos ou excluídos da consolidação. E vimos em aula que o nível correto que faz isso é o 5º, chamado de subtítulo.

Gabarito Preliminar → A.

24. (Consulplan/Exame CFC/2022.2) Paulo, professor de Contabilidade Pública, alertou seus alunos para estudarem a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, principalmente em relação à classificação das receitas públicas, suas origens e detalhamento das categorias econômicas, com vistas a identificar a procedência das receitas no momento em que ingressam nos cofres públicos, informando ainda que:

- As Receitas Públicas Orçamentárias são disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício e que aumentam o saldo financeiro da instituição; e,
- A Lei nº 4.320/1964 classifica as Receitas Orçamentárias por Categoria Econômica em: Receitas Correntes e Receitas de Capital.

Considerando o exposto, assinale a alternativa que representa uma origem de Receita de Capital.

- A) Alienação de Bens.
- B) Receita de Serviços.
- C) Receita Patrimonial.
- D) Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria.

Comentários:

Essa é uma questão que cobra conhecimentos orçamentários da contabilidade pública.

Conforme vimos em aula, as receitas orçamentárias são divididas, de acordo com a categoria econômica, em CORRENTES e de CAPITAL.

Tanto as receitas correntes quanto de capital são arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as disponibilidades (caixa e equivalente) financeiras do Estado e são instrumentos que financiam programas e ações para satisfação da sociedade.

As **receitas CORRENTES**, de acordo com a sua ORIGEM, são provenientes de:

- **TRIBUTOS** (impostos, taxas e contribuições de melhoria)
- **CON**tribuições
- **Patrimoniais** (mediante exploração do patrimônio estatal)
- **Agropecuárias**
- **Industriais**
- **Serviços**
- **TRANS**ferências correntes (recebidas de outros entes públicos ou privados para financiar despesas correntes)
- **OU**tras receitas correntes (que não se enquadram nos casos acima)

MNEMÔNICO PARA DECORAR (RECEITAS CORRENTES): TRIBUTOS CON PAIS TRANSOU (calma, calma... é só para lembrar na hora da prova, rrsrs).

Já as **receitas de CAPITAL**, de acordo com a sua ORIGEM, são as provenientes de:

- **OPERA**ções de Crédito (que são empréstimos obtidos pelo ente público)
- **AL**lenação de bens (**venda de bens públicos, por exemplo**)
- **AMORT**ização de empréstimos concedidos (recebimento de grana que o ente emprestou a outro)
- **TRANS**ferências de capital (recebidas de outros entes públicos ou privados para financiar despesas de capital)
- **OU**tras receitas de capital (que não se enquadram nos casos acima)

MNEMÔNICO PARA DECORAR (RECEITAS DE CAPITAL): OPERA ALI AMOR TRANSOU

Gabarito Preliminar → A.

25. (Consulplan/Exame CFC/2022.2) A empresa Aços Planos S/A produz dois produtos em um único departamento e utiliza o método de Custeio por Absorção para apuração do custo de produção e avaliação dos estoques. Para apuração do custo de produção do mês de dezembro de 2021, foram apuradas as seguintes informações:

Aços Planos S/A – Dezembro / 2021		
Descrição	Produtos	
	A	B
Mão de obra direta	R\$ 10,00 / unidade	R\$ 15,00 / unidade
Matéria-prima	R\$ 20,00 / unidade	R\$ 25,00 / unidade
Quantidade produzida	1.500	3.000
Depreciação das máquinas	R\$ 40.000,00	R\$ 60.000,00
Custo total das embalagens	R\$ 7.500,00	R\$ 22.500,00

Aços Planos S/A – Dezembro/2021		
Rateio – Custos indiretos de fabricação	Produtos	
	A	B
Aluguel da fábrica	R\$ 3.000,00	R\$ 6.000,00
Energia elétrica	R\$ 3.000,00	R\$ 9.000,00

Os custos indiretos de fabricação do mês de dezembro/2021 foram devidamente rateados (alocados) aos produtos. Com base nessas informações e, ainda, considerando que não havia saldos iniciais e finais de

produtos em elaboração no mês de dezembro/2021, os custos de produção dos produtos A e B foram, respectivamente:

- A) R\$ 58.500,00; R\$ 157.500,00
- B) R\$ 98.500,00; R\$ 217.500,00
- C) R\$ 91.000,00; R\$ 191.500,00
- D) R\$ 95.500,00; R\$ 208.500,00

Comentário:

Questão mais simples sobre custos.

Vamos direto ao ponto.

A questão pede o custo de produção do período dos produtos A e B. Como a questão já deu o rateio dos custos indiretos de fabricação, ficou mais simples. Perceba que temos a depreciação das máquinas, que também é um custo, quando utilizadas no processo produtivo. Com base nisso, temos:

	A	B
MOD	10 x 1.500 = 15.000,00	15 x 3.000 = 45.000,00
MP	20 x 1.500 = 30.000,00	25 x 3.000 = 75.000,00
DEPRECIÇÃO	40.000,00	60.000,00
CUSTO DAS EMBALAGENS	7.500,00	22.500,00
ALUGUEL DA FÁBRICA	3.000,00	6.000,00
ENERGIA ELÉTRICA	3.000,00	9.000,00
CPP	98.500,00	217.500,00

Gabarito Preliminar → B.

26. (Consulplan/Exame CFC/2022.2) Uma empresa apresentou as seguintes informações extraídas de suas demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2021:

Caixa e equivalentes de caixa	R\$ 20.000,00
Ativo circulante	Equivalente a 60% do capital de terceiros
Imobilizado	R\$ 400.000,00
Fornecedores	R\$ 50.000,00
Passivo circulante	R\$ 200.000,00
Passivo não circulante	R\$ 300.000,00
Patrimônio líquido	R\$ 400.000,00
Receita líquida de vendas	R\$ 8.000.000,00
Lucro líquido do exercício	R\$ 70.000,00
Margem bruta	25%
Índice de liquidez seca	1,20
Lucro Bruto	R\$ 2.000.000,00
Custo de Mercadorias Vendidas	R\$ 6.000.000,00

Considerando exclusivamente as informações do quadro anterior, o saldo dos estoques e o prazo médio de renovação dos estoques são, respectivamente:

- A) R\$ 60.000,00; 3,6 dias.
- B) R\$ 200.000,00; 12 dias.
- C) R\$ 240.000,00; 14,4 dias.
- D) R\$ 360.000,00; 21,6 dias.

Comentários:

Questão bem interessante e bem bolada. Ela pede o saldo dos estoques e o prazo médio de renovação dos estoques. Precisamos saber, além dessa fórmula, a de liquidez seca para encontrarmos o valor dos estoques. Vejamos:

$$PMRE = (360 \times \text{Estoques}) / CMV$$

Como não temos o valor dos estoques, precisamos usar o índice de liquidez seca. Perceba que a questão diz que o ativo circulante equivale a 60% do capital de terceiros, ou seja, o passivo circulante e o não circulante. A soma desses passivos equivale a 500.000. Logo, 60% de 500.000 é 300.000. Esse é o valor do ativo circulante.

$$ILS = \frac{\text{Ativo circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo circulante}}$$

Passivo circulante

$$1,20 = \frac{(300.000 - \text{Estoques})}{200.000}$$

$$1,20 \times 200.000 = 300.000 - \text{Estoques}$$

$$240.000 = 300.000 - \text{Estoques}$$

$$\text{Estoques} = 60.000$$

Agora voltamos para a fórmula do PMRE.

$$PMRE = (360 \times 60.000) / 6.000.000$$

$$PMRE = 21.600.000 / 6.000.000$$

$$PMRE = 3,6 \text{ dias}$$

Gabarito Preliminar → A.

27. (Consulplan/Exame CFC/2022.2) Considerando o processo de gestão de uma instituição é constituído por um conjunto de processos decisórios organizados por fases que visam garantir a missão, otimizar os resultados econômicos e a eficácia empresarial, relacione adequadamente as colunas a seguir.

1. Planejamento estratégico.
2. Planejamento operacional.
3. Planejamento tático.
- 4.

() Elo entre operação e gestão. Possibilita que as operações da empresa fltuem, pois é flexível; o que dá capacidade de reação a imprevistos e mudanças.

() A premissa é assegurar o cumprimento da missão da empresa. Nessa fase, são identificadas as oportunidades e ameaças, pontos fortes e fracos.

() Foco de curto ou, no máximo, médio prazo, definindo ações departamentais e suas respectivas mensurações. É nessa etapa que os objetivos da empresa são desenhados em projetos e metas por setor.

() Busca-se identificar e escolher um plano de ação a ser implementado que otimize os resultados no curto, médio e longo prazo.

A seqüência está correta em

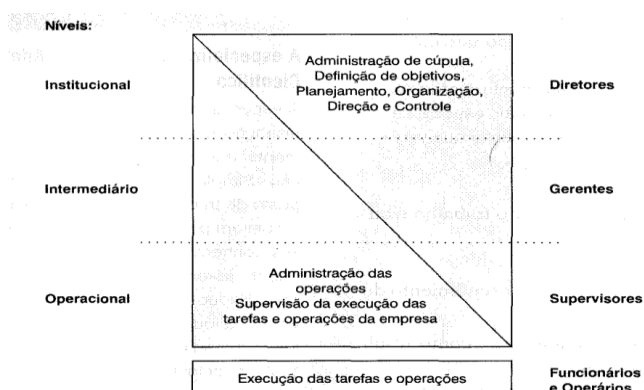
- A) 3, 3, 2, 1.
- B) 3, 1, 3, 2.
- C) 2, 1, 3, 1.
- D) 3, 2, 1, 1.

Comentários:

Segundo Chiavenato (2004, p.23):

“Com a divisão do trabalho, a organização empresarial passa a desdobrar-se em três níveis administrativos que compõem o aparato administrativo necessário para dirigir a execução das tarefas e operações:

- a) *Nível institucional*, composto pelos dirigentes e diretores da organização.
- b) *Nível intermediário*, ou nível do meio do campo, composto dos gerentes.
- c) *Nível operacional*, composto dos supervisores que administram a execução das tarefas e operações da empresa.”



(Fonte: CHIAVENATO, Idalberto. *Introdução à Teoria Geral da Administração*. 7.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.)

Portanto:

Nível INSTITUCIONAL é o nível administrativo mais elevado e aberto da organização pelo fato de interagir com o ambiente externo. É composto pelos dirigentes de cúpula da organização. **(Estratégico)**

Nível INTERMEDIÁRIO é o nível administrativo que serve de ligação entre o nível institucional e o operacional. É composto pelos gerentes do meio do campo. **(Tático)**

Nível OPERACIONAL é o nível mais baixo da organização e que cuida da execução das tarefas cotidianas. É composto pelos supervisores de primeira linha **(Operacional)**

(3) Elo entre operação e gestão. Possibilita que as operações da empresa flutuem, pois é flexível; o que dá capacidade de reação a imprevistos e mudanças. - **Tático**

(1) A premissa é assegurar o cumprimento da missão da empresa. Nessa fase, são identificadas as oportunidades e ameaças, pontos fortes e fracos. - **Estratégico**

(3) Foco de curto ou, no máximo, médio prazo, definindo ações departamentais e suas respectivas mensurações. É nessa etapa que os objetivos da empresa são desenhados em projetos e metas por setor. - **Tático**

(2) Busca-se identificar e escolher um plano de ação a ser implementado que otimize os resultados no curto, médio e longo prazo. - **Operacional**

Gabarito Preliminar → B.

28. (Consulplan/Exame CFC/2022.2) Analise os excertos a seguir.

I. “As demonstrações contábeis nele devem ser transcritas, completando-se com as assinaturas do titular ou de representante legal da entidade e do profissional da contabilidade legalmente habilitado.”

II. “Nele devem ser lançadas, em ordem cronológica, com individualização, clareza e referência ao documento probante, todas as operações ocorridas, e quaisquer outros fatos que provoquem variações patrimoniais.”

Podemos afirmar que tais informações se referem ao seguinte livro contábil:

- A) Livro Caixa.
- B) Livro Diário.
- C) Livro Razão.
- D) Livro de Registro de Inventário.

Comentários:

Essa foi uma das questões mais tranquilas da prova. Estamos falando do livro diário. Vamos para o Código Civil:

Art. 1.184. **No Diário serão lançadas, com individualização, clareza e caracterização do documento respectivo, dia a dia, por escrita direta ou reprodução, todas as operações relativas ao exercício da empresa.**

§ 1º Admite-se a escrituração resumida do Diário, com totais que não excedam o período de trinta dias, relativamente a contas cujas operações sejam numerosas ou realizadas fora da sede do estabelecimento, desde que utilizados livros auxiliares regularmente autenticados, para registro individualizado, e conservados os documentos que permitam a sua perfeita verificação.

§ 2º **Serão lançados no Diário o balanço patrimonial e o de resultado econômico, devendo ambos ser assinados por técnico em Ciências Contábeis legalmente habilitado e pelo empresário ou sociedade empresária.**

Art. 1.185. O empresário ou sociedade empresária que adotar o sistema de fichas de lançamentos poderá substituir o livro Diário pelo livro Balancetes Diários e Balanços, observadas as mesmas formalidades extrínsecas exigidas para aquele.

Gabarito Preliminar → B.

29. (Consulplan/Exame CFC/2022.2) Em setembro de 2015, determinado contribuinte pagou, no vencimento, R\$ 2.000,00 a título de tributo estadual. Poucos meses depois, ele tomou ciência que o valor pago era significativamente maior que o devido. Encontrando-se muito atarefado, ele deixou de tomar qualquer medida que viabilizasse a restituição do valor pago a maior. Em março de 2020, o contribuinte descobriu que possuía um débito tributário no montante de R\$ 1.000,00 com a fazenda estadual pelo não pagamento de outro imposto. Visando regularizar sua situação com o Fisco, ele preencheu requisição administrativa para que a obrigação pendente fosse extinta através da compensação. O fisco, contudo, em 2022, responde negativamente ao pedido. Diante da negativa, o contribuinte deverá:

- A) Aceitar a decisão, pois demorou tempo demais e seu direito prescreveu.
- B) Ajuizar ação para anular e desconstituir a decisão administrativa que negou o seu pedido.
- C) Fazer uma nova requisição administrativa no prazo máximo de três dias a contar da decisão do Fisco.
- D) Desistir de recuperar o valor pago a maior, pois o poder público, em nenhuma hipótese, efetua devoluções de valores tributários pagos a maior.

Comentários:

Questão que trata de repetição de indébito no direito tributário, isto é, quando o sujeito passivo paga um valor a maior do que deveria.

Pagamento: setembro de 2015.

Ingresso da requisição: março de 2020.

Período transcorrido: 4 anos e 6 meses.

Segundo o Código Tributário Nacional:

Art. 165. O sujeito passivo tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade do seu pagamento, ressalvado o disposto no § 4º do artigo 162, nos seguintes casos:

I - Cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido em face da legislação tributária aplicável, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

Art. 168. O direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados: I - Na hipótese dos incisos I e II do artigo 165, da data da extinção do crédito tributário; (Vide art 3 da LCp nº 118, de 2005)

A extinção do crédito ocorre com o pagamento indevido.

Como o pedido foi negado pelo fisco, resta ao contribuinte ajuizar ação para anular e desconstituir a decisão administrativa que negou o seu pedido.

Gabarito Preliminar → B.

30. (Consulplan/Exame CFC/2022.2) Diversos aspectos de legislação e normativos tributários estão presentes no cotidiano daqueles que militam na área contábil. É necessário que o contador entenda os conceitos de fato gerador, bases de cálculo e alíquotas dos tributos incidentes sobre as diversas operações efetuadas pelas entidades. Nesse sentido, analise as contas contábeis de resultado demonstradas a seguir, extraídas do balancete de verificação de uma determinada Cia. (empresa do ramo industrial) em 31/12/2021.

PIS / COFINS sobre Faturamento.....	R\$ 3.850,00
Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana	R\$ 2.125,00
ICMS sobre vendas	R\$ 11.295,00
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	R\$ 1.945,00
Faturamento Bruto de Vendas de Produtos	R\$ 45.090,00
INSS / FGTS	R\$ 8.660,00
Vendas Canceladas	R\$ 2.320,00
Descontos Financeiros Obtidos	R\$ 1.105,00
IRPJ Corrente	R\$ 2.125,00
PIS sobre a Folha de Pagamentos	R\$ 975,00
IOF – Imposto Sobre Operações Financeiras	R\$ 390,00
IPI sobre o Faturamento.....	R\$ 4.215,00
Comissões sobre Vendas.....	R\$ 2.770,00
CSLL Corrente	R\$ 1.435,00
Descontos Incondicionais Concedidos	R\$ 1.200,00

Com base nos dados anteriores, assinale a alternativa que representa corretamente a Receita Líquida de Vendas da citada Cia. em 2021.

- A) R\$ 19.440,00
- B) R\$ 20.265,00
- C) R\$ 21.235,00
- D) R\$ 22.210,00

Comentários:

Questão simples, que requer conhecimento sobre a estrutura da DRE. Indo direto ao ponto, temos:

DRE	
Faturamento bruto de vendas do produto	45.090,00
IPI sobre faturamento	- 4.215,00
Receita bruta de vendas	40.875,00
PIS/COFINS sobre faturamento	- 3.850,00
ICMS sobre vendas	- 11.295,00
Vendas canceladas	- 2.320,00
Descontos incondicionais concedidos	- 1.200,00
Receita líquida de vendas	22.210,00

Cuidado com a conta PECLD (perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa). Ela é uma despesa que deduz do lucro bruto, e não da receita de vendas.

Gabarito Preliminar → D.

31. (Consulplan/Exame CFC/2022.2) Em 2021, uma cadeia de lojas passou a avaliar a abertura de uma nova filial em 2022, cujo investimento inicial era R\$ 50.000,00. Os contadores estimaram as receitas e as despesas, em reais, para os primeiros anos da filial, do seguinte modo:

Ano	Receitas	Despesas
2022	R\$ 50.000,00	R\$ 80.000,00
2023	R\$ 60.000,00	R\$ 50.000,00
2024	R\$ 80.000,00	R\$ 50.000,00
2025	R\$ 100.000,00	R\$ 60.000,00
2026	R\$ 110.000,00	R\$ 60.000,00

Assinale o ano da ocorrência do payback simples:

- A) 2023
- B) 2024
- C) 2025
- D) 2026

Comentário:

A questão pede o ano da ocorrência do **payback** simples.

O Payback pode ser definido como o número de períodos necessários para se recuperar o investimento inicial, de maneira que o lucro líquido acumulado se iguale ao valor desse investimento. O Payback pode ser classificado como simples ou descontado.

O **payback** simples não considera nenhuma taxa de juros nem a inflação do período.

Para calcular o payback simples podemos apenas somar os fluxos de caixa líquidos (receitas – despesas) verificando em quanto tempo a soma desses retornos alcançará o valor do investimento inicial.

ANO	RECEITAS	DESPESAS	FLUXO ANUAL (REC. – DESP.)	SALDO DEVEDOR
2021	-	R\$50.000,00	-R\$50.000,00	-R\$50.000,00
2022	R\$50.000,00	R\$80.000,00	-R\$30.000,00	-R\$80.000,00
2023	R\$60.000,00	R\$50.000,00	R\$10.000,00	-R\$70.000,00
2024	R\$80.000,00	R\$50.000,00	R\$30.000,00	-R\$40.000,00
2025	R\$100.000,00	R\$60.000,00	R\$40.000,00	R\$0,00
2026	R\$110.000,00	R\$60.000,00	R\$50.000,00	R\$50.000,00

Investimento inicial em 2021 = R\$ 50.000,00

Saldo acumulado de 2022 até 2025 = -30000 + 10000 + 30000 + 40000 = R\$ 50.000,00

Portanto, o ano de ocorrência do payback simples é em 2025, quando o fluxo anual acumulado consegue recuperar o saldo devedor, passando a dar lucro a partir do ano seguinte.

Gabarito Preliminar → C

32. (Consulplan/Exame CFC/2022.2) Em 01/01/2021, uma empresa contraiu uma dívida com terceiros no valor de R\$ 20.000,00. A empresa pagou toda a dívida em 31/10/2021. Na data, a soma do principal e dos juros foi de R\$ 28.000,00. Considerando o regime de juros simples, qual a taxa de juros mensal paga pelo empréstimo?

- A) 3,63%
- B) 4,00%
- C) 4,40%
- D) 5,00%

Comentários:

A questão pede a taxa de juros mensal paga pelo empréstimo, considerando o regime de juros simples.

Dados fornecidos:

Valor Presente (VP) = 20.000

Valor Futuro (VF) = 28.000

n = 10 meses

i = ?

Fórmula da Capitalização Simples	HP12C*
$VF = VP (1 + i \cdot n)$ $28.000 = 20.000 (1 + 10i)$ $1 + 10i = 28.000 / 20.000$ $1 + 10i = 1,40$ $10i = 1,40 - 1$ $10i = 0,40$ $i = 0,40/10$ $i = 0,04 = 4\% \text{ a.m.}$	f CLEAR REG 20000 PV 28000 CHS FV 1 n (1 período de 10 meses) i (= taxa para todo o período = 40%) 10 (número de meses) ÷ (=4% taxa mensal)

*No regime de juros simples as taxas proporcionais são equivalentes. Por isso, podemos pegar a taxa para todo o período e dividir pelo número de meses.

Gabarito Preliminar → B.

33. (Consulplan/Exame CFC/2022.2) Empresa brasileira fundada na década de 1949 atua em um mercado muito competitivo e dominado por grandes grupos multinacionais. Essa empresa precisa oferecer sempre soluções inovadoras e criativas a seus clientes, caso contrário, corre o risco de perder mercado e ser “engolida” por alguma gigante do setor. A Demonstração Financeira, elaborada pela citada empresa, que permite aos interessados visualizar sua posição financeira e patrimonial em determinada data trata-se de:

- A) Balanço Patrimonial.
- B) Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- C) Demonstração do Valor Adicionado.
- D) Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados.

Comentários:

Outra questão bem tranquila. Talvez a mais fácil da prova.

A demonstração contábil que evidencia a situação patrimonial e financeira da companhia é o balanço patrimonial. Gabarito, portanto, letra a.

A DFC nos dá a variação nas contas caixa e equivalentes de caixa.

A demonstração do valor adicionado mostra a riqueza gerada pela companhia.

A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados nos fornece a variação nesta conta de um exercício para o outro e a destinação de valores de lucros acumulados ou absorção do prejuízo.

Gabarito Preliminar → A.

34. (Consulplan/Exame CFC/2022.2) Os elementos reconhecidos nas demonstrações contábeis são quantificados em termos monetários. Isso exige a seleção de uma base de mensuração. A base de mensuração é uma característica identificada de item sendo mensurado. Aplicar a base de mensuração a ativo ou passivo cria uma mensuração para esse ativo ou passivo e para as respectivas receitas e despesas. De acordo com o disposto na NBC TG – Estrutura Conceitual para relatório financeiro, NÃO é(são) considerado(s) como base de mensuração do Valor Atual de item a ser mensurado:

- A) Valor justo.
- B) Custo histórico.
- C) Custo corrente.
- D) Valor em uso e Valor de Cumprimento.

Comentários:

Essa questão também pode ser resolvida utilizando conhecimentos básicos de contabilidade.

Em nossas aulas, sempre enfatizamos que itens do ativo e do passivo são registrados inicialmente pelo custo histórico.

Depois disso, podem sofrer alguma variação. Essa variação é chamada de valor atual pelo CPC 00.

Então, somente com base nesse conhecimento, podemos inferir que custo histórico é diferente de valor atual e já temos o nosso gabarito, que é a letra b.

Mas vamos lá para o CPC 00 – Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade.

6.11. As bases de mensuração do valor atual incluem:

- (a) valor justo (ver itens de 6.12 a 6.16);
- (b) valor em uso de ativos e valor de cumprimento de passivos (ver itens de 6.17 a 6.20); e
- (c) custo corrente (ver itens 6.21 e 6.22).

Gabarito Preliminar → B.

35. (Consulplan/Exame CFC/2022.2) Conhecer as normas que regem um negócio ou uma profissão é fundamental para o desenvolvimento, a valoração e a permanência da empresa e do profissional no mercado. O desconhecimento de normatizações e regulamentações pode prejudicar a empresa e, por isso, é muito importante que o profissional de contabilidade busque sua certificação e constante atualização. Considerando as definições constantes na NBC TG – Estrutura Conceitual para relatório financeiro, relacione adequadamente os termos apresentados aos seus respectivos significados.

1. Classificação.
2. Prudência.
3. Desreconhecimento.
4. Agregação.
5. Recurso econômico.
- 6.

() Parte ou totalidade de determinado ativo ou passivo é apartada (retirada) do Balanço Patrimonial da entidade.

() Organização de itens que compõem os demonstrativos financeiros com base em características compartilhadas para fins de apresentação e divulgação.

() Soma de ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas ou despesas que possuem características compartilhadas e são incluídas na mesma classificação.

() Direito que tem potencial de produzir benefícios econômicos.

() Exercício de cautela ao fazer julgamentos sob condições de incerteza.

A sequência está correta em

- A) 4, 2, 1, 5, 3.
- B) 3, 4, 1, 2, 5.
- C) 2, 5, 4, 3, 1.

D) 3, 1, 4, 5, 2.

Comentários:

Outra questão bastante tranquila da prova. Por isso, sempre digo que vale a pena começar a prova do meio para o fim, pois há uma série de questões que são mais fáceis.

(3) Parte ou totalidade de determinado ativo ou passivo é apartada (retirada) do Balanço Patrimonial da entidade.

Esse é o ato de desreconhecer um ativo ou passivo.

(1) Organização de itens que compõem os demonstrativos financeiros com base em características compartilhadas para fins de apresentação e divulgação.

Quando você está organizando os itens para apresentar e divulgar os balanços, está fazendo classificação.

(4) Soma de ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas ou despesas que possuem características compartilhadas e são incluídas na mesma classificação.

Se você está somando itens que são correlatos, como provisões trabalhistas de vários processos, por exemplo, está fazendo o que a contabilidade chama de agregação.

(5) Direito que tem potencial de produzir benefícios econômicos.

Recurso econômico é um direito que tem potencial para produzir benefício econômico futuro. A produção de benefício econômico futuro é um requisito para todo e qualquer ativo.

(2) Exercício de cautela ao fazer julgamentos sob condições de incerteza.

O exercício da cautela, na contabilidade, é conhecido como prudência. Lembrando que a prudência era um princípio na Resolução 750/93 e hoje consta do CPC 00 – Estrutura conceitual básica da contabilidade.

Gabarito Preliminar → D.

36. (Consulplan/Exame CFC/2022.2) Considerando o processo e os critérios de reconhecimento e desreconhecimento, além de outras conceituações existentes na NBC TG – Estrutura Conceitual para relatório financeiro, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

() Reconhecimento é o processo de captação para inclusão no balanço patrimonial e na demonstração do valor adicionado de item que não atenda à definição de um dos elementos das demonstrações contábeis.

() Reconhecimento de ativo ou passivo específico é apropriado se fornecer não apenas informações relevantes, mas também representação fidedigna desse ativo ou passivo e de quaisquer receitas, despesas ou mutações do patrimônio líquido resultantes.

() Somente itens que atendam à definição de ativo, passivo ou patrimônio líquido devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial. De igual forma, somente itens que atendem à definição de receitas ou despesas devem ser reconhecidos na Demonstração do Resultado e na Demonstração do Resultado Abrangente.

Contudo, nem todos os itens que atendem à definição de um desses elementos devem ser reconhecidos.
() Não é possível definir precisamente quando o reconhecimento de um ativo ou passivo fornece informações úteis aos usuários das demonstrações contábeis, a um custo que não supere seus benefícios.

A sequência está correta em

- A) V, F, F, V.
- B) F, V, V, V.
- C) V, V, F, F.
- D) F, V, F, V.

Comentários:

A questão cobrou a literalidade da norma. Segundo a NBC TG Estrutura Conceitual:

(F) Reconhecimento é o processo de captação...

Item 5.1 - Reconhecimento é o processo de captação para inclusão no balanço patrimonial ou na **demonstração do resultado e na demonstração do resultado abrangente** de item que **atenda** à definição de um dos elementos das demonstrações contábeis

(V) Reconhecimento de ativo ou passivo específico...

Item 5.18 - O reconhecimento de ativo ou passivo específico é apropriado se fornecer não apenas informações relevantes, mas também representação fidedigna desse ativo ou passivo e de quaisquer receitas, despesas ou mutações do patrimônio líquido resultantes.

(V) Somente itens que atendam...

Item 5.6 - Somente itens que atendem à definição de ativo, passivo ou patrimônio líquido devem ser reconhecidos no balanço patrimonial. Similarmente, somente itens que atendem à definição de receitas ou despesas devem ser reconhecidos na demonstração do resultado e na demonstração do resultado abrangente. Contudo, nem todos os itens que atendem à definição de um desses elementos devem ser reconhecidos.

(V) Não é possível...

Item 5.9 - Não é possível definir precisamente quando o reconhecimento de um ativo ou passivo fornece informações úteis aos usuários das demonstrações contábeis, a um custo que não supere seus benefícios.

Gabarito Preliminar → B.

37. (Consulplan/Exame CFC/2022.2) Em uma reunião da diretoria de determinada empresa com o contador, chefe do departamento de contabilidade, o diretor financeiro questionou se poderia deixar de recolher os tributos devidos no ano de 2022, na expectativa de o governo conceder anistia de débitos tributários em decorrência da pandemia de Covid-19. O contador examinou as normas tributárias atuais e alertou a toda diretoria, oficialmente e por escrito, da existência de penalidades aplicáveis nos recolhimentos de tributos em atraso, e orientou que os tributos fossem recolhidos nos prazos estabelecidos na legislação então vigente. Considerando unicamente a situação descrita e com base no Código de Ética Profissional do Contador (NBC PG 01 de 07/02/2019), analise a conduta ética do profissional de contabilidade, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Exerceu a profissão contábil com imprudência, já que existe a expectativa do governo conceder anistia de débitos tributários.
- () Exerceu a profissão contábil com zelo, pois alertou sobre a existência de penalidades aplicáveis nos recolhimentos de tributos em atraso.
- () Exerceu a profissão contábil com negligência, considerando que a sua orientação poderá ocasionar uma redução no patrimônio do cliente.
- () Exerceu a profissão contábil com diligência, pois orientou que os tributos fossem recolhidos nos prazos estabelecidos na legislação vigente.

A sequência está correta em

- A) F, V, V, V.
- B) V, F, F, V.
- C) V, F, V, F.
- D) F, V, F, V.

Comentários:

Neste caso, o contador exerceu a sua profissão de forma plenamente correta. A empresa não pode, jamais, deixar de recolher tributos pela simples expectativa de uma anistia governamental.

(F) Exerceu a profissão contábil com imprudência, já que existe a expectativa do governo conceder anistia de débitos tributários.

O contador exerceu a profissão de forma prudente.

(V) Exerceu a profissão contábil com zelo, pois alertou sobre a existência de penalidades aplicáveis nos recolhimentos de tributos em atraso.

A profissão contábil foi exercida sim com zelo, isto é, cuidado.

(F) Exerceu a profissão contábil com negligência, considerando que a sua orientação poderá ocasionar uma redução no patrimônio do cliente.

O item está errado. Ele não foi negligente, pois avisou das implicações do não recolhimento dos tributos.

(V) Exerceu a profissão contábil com diligência, pois orientou que os tributos fossem recolhidos nos prazos estabelecidos na legislação vigente.

Item correto, além de agir com zelo, o contador foi diligente no exercício da profissão.

Gabarito Preliminar → D.

38. (Consulplan/Exame CFC/2022.2) De acordo com a NBC PG 01 de 2019 (Código de Ética Profissional do Contador), analise as afirmativas a seguir.

I. O contador pode indicar, em veículo de comunicação, os trabalhos realizados e a relação de clientes, quando por estes autorizado.

II. É vedado ao contador transferir, ainda que parcialmente, a execução de serviços a seu cargo a outro profissional.

III. Com a anuência por escrito do cliente, o contador pode transferir o contrato de serviços a seu cargo a outro profissional.

IV. Os profissionais de contabilidade poderão executar campanhas agressivas de marketing, estipulando honorários em valores irrisórios para angariação de grande quantidade de clientes.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) I e IV.
- D) II e III.

Comentários:

Vamos comentar item a item...

I. O contador pode indicar, em veículo de comunicação, os trabalhos realizados e a relação de clientes, quando por estes autorizado.

Item correto. Uma vez autorizado é permitida a divulgação de clientes e dos trabalhos já feitos.

II. É vedado ao contador transferir, ainda que parcialmente, a execução de serviços a seu cargo a outro profissional.

Errado. O contador pode transferir parcialmente a responsabilidade pelos seus trabalhos. Contudo, mantém como sua a responsabilidade técnica.

III. Com a anuência por escrito do cliente, o contador pode transferir o contrato de serviços a seu cargo a outro profissional.

Correto. Se o cliente autorizar, pode haver a transferência do contrato de serviços.

IV. Os profissionais de contabilidade poderão executar campanhas agressivas de marketing, estipulando honorários em valores irrisórios para angariação de grande quantidade de clientes.

Errado. Segundo o código de ética – NBC PG 01 – as campanhas de marketing devem ser realizadas de forma discretas.

Gabarito Preliminar → B.

39. (Consulplan/Exame CFC/2022.2) O contador é o profissional que cuida de questões econômicas, financeiras, tributárias e patrimoniais de pessoas físicas e jurídicas e, por isso, a sua atuação deve ser sempre pautada pela conduta ética. De acordo com a NBC PG 100 (R1), relacione a conduta do profissional da Contabilidade descrita na afirmativa a seguir, com o respectivo princípio fundamental de ética.

1. Ser direto e honesto em todas as relações profissionais e comerciais.
2. Respeitar o sigilo das informações obtidas.
3. Cumprir as leis e os regulamentos pertinentes para evitar a conduta indevida.
4. Atuar de forma diligente e de acordo com os padrões técnicos e profissionais aplicáveis.

- () Competência profissional e devido zelo.
 () Comportamento profissional.
 () Integridade.
 () Confidencialidade.

A sequência está correta em:

- A) 2, 3, 4, 1.
- B) 3, 4, 2, 1.
- C) 4, 3, 1, 2.
- D) 3, 2, 1, 4.

Comentários:

De acordo com a NBC PG 100 – Princípios Fundamentais e da Estrutura Conceitual de Ética, existem cinco princípios fundamentais de ética para os profissionais da contabilidade:

- (a) Integridade - ser direto e honesto em todas as relações profissionais e comerciais. (1)**
 (b) Objetividade - não comprometer julgamentos profissionais ou comerciais devido a comportamento tendencioso, a conflito de interesses ou à influência indevida de outros.
(c) Competência profissional e devido zelo - para:
 (i) obter e manter conhecimento profissional e habilidade no nível necessário para assegurar que o cliente ou a organização empregadora receba serviço profissional competente, com base em padrões técnicos e profissionais atuais e legislação relevante; e
 (ii) **atuar de forma diligente e de acordo com os padrões técnicos e profissionais aplicáveis. (4)**
(d) Confidencialidade - respeitar a confidencialidade das informações obtidas em decorrência de relações profissionais e comerciais. (2)

(e) Comportamento profissional - cumprir com as leis e os regulamentos pertinentes e evitar qualquer conduta da qual o profissional da contabilidade tenha conhecimento ou deva ter conhecimento que possa desacreditar a profissão. (3)

Assim, relacionando as condutas profissionais com o respectivo princípio, a sequência correta será:

- (4) Competência profissional e devido zelo.
- (3) Comportamento profissional.
- (1) Integridade.
- (2) Confidencialidade.

Gabarito Preliminar → C.

40. (Consulplan/Exame CFC/2022.2) Considerando a legislação sobre Ética Profissional, incluindo normas correlatas, especificamente no que se refere à NBC PO 900, que dispõe sobre a independência para trabalho de asseguarção diferente de auditoria e revisão, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os trabalhos de asseguarção devem ser, obrigatoriamente, baseados em afirmações ou em relatórios diretos, casos em que envolvem, unicamente, duas partes distintas: a firma e a parte responsável.
- II. No trabalho de asseguarção, a avaliação e, concomitantemente, a mensuração do objeto, devem ser realizadas, exclusivamente, pela firma.
- III. A conclusão dos trabalhos de asseguarção visa aumentar o nível de confiança da parte responsável.

Assinale a alternativa correta.

- A) Apenas a afirmativa II está eivada de vícios que a invalidam.
- B) Todas as afirmativas estão corretas e de acordo com as normativas.
- C) As afirmativas I, II e III estão equivocadas e em desacordo com as normativas.
- D) Apenas a afirmativa III está equivocada, pois os trabalhos de asseguarção podem aumentar a confiança de todos os envolvidos, inclusive da parte responsável.

Comentários:

A questão baseia-se na literalidade da NBC PA 900,

” 900.7 Os trabalhos de asseguarção destinam-se a aumentar o nível de confiança dos **usuários pretendidos** no resultado da avaliação ou mensuração de objeto em contraposição a critérios. No trabalho de asseguarção, a firma expressa uma conclusão destinada a aumentar o nível de confiança dos usuários pretendidos (que não sejam a parte responsável) no resultado da avaliação ou mensuração de objeto com base em critérios. A estrutura conceitual de asseguarção descreve os elementos e os objetivos de um trabalho de asseguarção e identifica os trabalhos aos quais as NBCs TO se aplicam. Para a descrição dos elementos e objetivos de trabalho de asseguarção, consulte a estrutura conceitual de asseguarção.

...

900.9 Os trabalhos de asseguarção **podem** ser baseados em afirmações ou de relatório direto. **Nos dois casos, eles envolvem três partes distintas:** a firma, a parte responsável e os usuários pretendidos.

900.10 No trabalho de asseguarção baseado em afirmações, a avaliação ou mensuração do objeto é realizada **pela parte responsável**. As informações do objeto estão na forma de afirmação pela parte responsável que é disponibilizada aos usuários pretendidos.”

Gabarito Preliminar → C.

41. (Consulplan/Exame CFC/2022.2) A contabilidade é atividade tradicional no meio corporativo. Toda empresa necessita de um profissional de contabilidade para organizar e registrar adequadamente suas atividades. Para que os profissionais da área atuem de modo adequado, é necessário seguir diretrizes éticas e técnicas específicas. Portanto, faz-se necessário que referido profissional tenha conhecimento das disposições das Normas Brasileiras de Contabilidade. Considerando os procedimentos e critérios estabelecidos na NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e as disposições do Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, analise as afirmativas a seguir.

- I. Ativo intangível é um ativo monetário não identificável e sem substância física.
- II. Nos termos da NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, todos os ativos intangíveis devem ser considerados como tendo vida útil finita. Caso a vida útil do ativo intangível não puder ser estabelecida de forma confiável, a vida útil deve ser determinada com base na melhor estimativa da administração, mas não deve exceder a dez anos.
- III. Nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1), Ativo Intangível com vida útil indefinida não deve ser amortizado.
- IV. A vida útil de ativo intangível que não é amortizado não necessita ser revisada periodicamente.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e III.
- B) II e III.
- C) I, II e III.
- D) I, II e IV.

Comentários:

Questão interessante sobre ativo intangível. Vamos analisar.

I. Ativo intangível é um ativo monetário não identificável e sem substância física.

Item incorreto. Ativo intangível é um ativo **NÃO** monetário identificável e sem substância física. A questão inverteu os conceitos.

II. Nos termos da NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, todos os ativos intangíveis devem ser considerados como tendo vida útil finita. Caso a vida útil do ativo intangível não puder ser estabelecida de forma confiável, a vida útil deve ser determinada com base na melhor estimativa da administração, mas não deve exceder a dez anos.

Correto. Vamos para a NBC TG 1.000:

18.19 Para os propósitos desta Norma, todos os ativos intangíveis devem ser considerados como tendo vida útil finita. A vida útil de ativo intangível que se origina de direitos contratuais ou outros direitos legais não deve exceder o período de vigência dos direitos contratuais ou outros direitos legais, mas pode ser inferior, dependendo do período ao longo do qual a entidade espera utilizar o ativo. Caso os direitos contratuais ou outros direitos legais sejam conferidos por um período limitado que possa ser renovado, a vida útil do ativo intangível deve incluir os períodos renováveis apenas se existir evidência para suportar a renovação pela entidade sem custo relevante.

18.20 Caso a vida útil do ativo intangível não puder ser estabelecida de forma confiável, a vida útil deve ser determinada com base na melhor estimativa da administração, mas não deve exceder a dez anos. (Alterado pela NBC TG 1000 (R1))

III. Nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1), Ativo Intangível com vida útil indefinida não deve ser amortizado.

Item correto. Um ativo intangível com vida útil indefinida não é amortizado. O ativo intangível ainda não disponível para uso também não.

IV. A vida útil de ativo intangível que não é amortizado não necessita ser revisada periodicamente.

Incorreto. Uma vez que você não está amortizando, há necessidade de visitar constantemente a vida útil do ativo, para ver se essa situação permanece.

Gabarito Preliminar → B.

42. (Consulplan/Exame CFC/2022.2) O Conselho Federal de Contabilidade edita normas destinadas não apenas ao setor privado, mas também ao setor público e ao terceiro setor. Para regulamentar os registros de receitas e despesas no setor público, bem como a elaboração das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, foram elaboradas as NBC TSP, em consonância com as normas internacionais. Com base na Norma Brasileira de Contabilidade aplicada ao Setor Público – Estrutura Conceitual, de 23/09/2016, assinale a afirmativa correta.

- A) As Normas Brasileiras de Contabilidade Pública não se aplicam às empresas estatais dependentes.
- B) A obrigação que pode ser liquidada ou extinta sem a saída de recursos da entidade não é um passivo.
- C) Para usufruir plenamente do potencial de serviços ou da capacidade de gerar benefícios econômicos de um recurso, a entidade deve ter a propriedade legal deste recurso.
- D) A contabilidade aplicada ao setor público adota, no Brasil, um regime misto para registro das variações patrimoniais: de caixa para as variações aumentativas e de competência para as variações diminutivas.

Comentários:

Questão que cobrou conhecimentos sobre a Estrutura Conceitual do setor público. Não custa lembrar que na Escola Contábil e no CFC de A Z temos uma mega aula sobre o tema.

Vamos analisar as alternativas:

A **alternativa A** está errada, visto que as Normas de Contabilidade Pública se aplicam sim às empresas estatais dependentes, de maneira obrigatória.

A **alternativa B** é o nosso gabarito, pois, pelo conceito e definição, passivo é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade. Um passivo deve envolver uma saída de recursos da entidade para ser liquidado ou extinto. Logo, a obrigação que pode ser liquidada ou extinta sem a saída de recursos da entidade não é um passivo.

Sobre a **letra C**, o erro está em dizer que a propriedade legal do recurso é um pressuposto para a entidade pública usufruir do seu potencial de serviços ou capacidade de gerar benefícios econômicos. Isso não condiz com a Estrutura Conceitual. A propriedade legal do recurso, tal como terreno ou equipamento, é um dos métodos para se verificar o potencial de serviços ou os benefícios econômicos de um ativo. No entanto, os direitos ao potencial de serviços ou à capacidade de gerar benefícios econômicos podem existir sem que se verifique a propriedade legal do recurso. Por exemplo, os direitos ao potencial de serviços ou à capacidade de gerar benefícios econômicos por meio da manutenção e utilização de item patrimonial arrendado são verificados sem que haja a propriedade legal do próprio item arrendado. Portanto, a propriedade legal do recurso não é uma característica essencial de um ativo. No entanto, a propriedade legal é um indicador de controle.

Por fim, a **letra D** está totalmente esquisita, sem embasamento nas normas. Não condiz com a realidade. As variações patrimoniais aumentativas e diminutivas respeitam o regime de competência.

Gabarito Preliminar → B.

43. (Consulplan/Exame CFC/2022.2) Em reunião com o departamento de contabilidade, o advogado de determinada empresa informa à chefia responsável, que, no último mês, a empresa foi notificada da existência de três ações judiciais, cujas características são:

- I. Ação de natureza trabalhista, ajuizada por ex-funcionário que alega o não recebimento de verbas. O advogado julga provável que será necessário desembolsar, até o encerramento do exercício seguinte, o valor de R\$ 15.000,00, baseado em decisões recentes de casos semelhantes.
- II. Ação de natureza fiscal, no valor de R\$ 9.000,00, ajuizada pela Prefeitura Municipal, que alega erro na base de cálculo do Imposto sobre Serviços recolhido pela empresa no último ano. O advogado afirma ser possível uma saída de recursos, mas não sabe estimar com confiança o prazo de sua ocorrência.
- III. Ação de natureza ambiental, movida pela autarquia de água e esgoto do município, que alega descarte irregular de lixo da empresa, e solicita indenização de R\$ 14.000,00. O advogado afirma que a probabilidade de saída de recursos em decorrência deste litígio é remota, quase nula.

Considerando o exposto e com base na NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, assinale a afirmativa correta.

- A) O contador deve proceder ao reconhecimento de um passivo exigível de R\$ 15.000,00, além de constituir provisão no Passivo Não Circulante no valor de R\$ 23.000,00.
- B) As ações judiciais descritas nos itens I, II e III configuram-se como passivos contingentes; portanto, não é necessária qualquer provisão ou divulgação em Notas Explicativas.

C) O procedimento a ser adotado pelo contador, em conformidade com a Norma citada, é o reconhecimento imediato de provisão no Passivo Circulante, no valor total de R\$ 38.000,00.

D) A ação descrita no item I requer a constituição de uma provisão, no Passivo Circulante, no valor de R\$ 15.000,00, enquanto as ações descritas nos itens II e III devem ser consideradas Passivos contingentes e, por isso, não devem ser reconhecidas. Contudo, há a necessidade de divulgação, em Notas Explicativas, da ação descrita no item II.

Comentários:

Comentemos item a item...

I. Ação de natureza trabalhista, ajuizada por ex-funcionário que alega o não recebimento de verbas. O advogado julga provável que será necessário desembolsar, até o encerramento do exercício seguinte, o valor de R\$ 15.000,00, baseado em decisões recentes de casos semelhantes.

Uma vez que a chance de desembolso é provável, devemos reconhecer uma provisão. A provisão é contabilizada no passivo.

II. Ação de natureza fiscal, no valor de R\$ 9.000,00, ajuizada pela Prefeitura Municipal, que alega erro na base de cálculo do Imposto sobre Serviços recolhido pela empresa no último ano. O advogado afirma ser possível uma saída de recursos, mas não sabe estimar com confiança o prazo de sua ocorrência.

Neste caso, como a saída de recursos é possível, estamos diante de um passivo contingente. Nós não contabilizamos, apenas divulgamos em notas explicativas.

III. Ação de natureza ambiental, movida pela autarquia de água e esgoto do município, que alega descarte irregular de lixo da empresa, e solicita indenização de R\$ 14.000,00. O advogado afirma que a probabilidade de saída de recursos em decorrência deste litígio é remota, quase nula.

Esta situação, por ter uma probabilidade de desembolso quase nula, não precisa ser contabilizada, tampouco divulgada.

Nosso gabarito é a letra d.

D) A ação descrita no item I requer a constituição de uma provisão, no Passivo Circulante, no valor de R\$ 15.000,00, enquanto as ações descritas nos itens II e III devem ser consideradas passivos contingentes e, por isso, não devem ser reconhecidas. Contudo, há a necessidade de divulgação, em Notas Explicativas, da ação descrita no item II.

Gabarito Preliminar → D.

44. (Consulplan/Exame CFC/2022.2) As NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas foi emitida pelo CFC para aplicação às demonstrações contábeis para fins gerais de Pequena e Média Empresa (PME), conjunto composto por sociedades fechadas e que não sejam requeridas a fazer prestação pública de suas contas. Em relação às demonstrações contábeis da PME, assinale a afirmativa correta.

- A) São dirigidas às necessidades comuns de usuários externos à entidade inclusive de acionistas.
- B) Estão inclusas aquelas que são apresentadas separadamente ou dentro de outro documento público como um relatório anual ou um prospecto.
- C) São direcionadas às necessidades de informação financeira gerais por parte de usuários que não estão em posição de exigir relatórios feitos sob medida para atender suas necessidades particulares de informação.
- D) Em regra geral são produzidas apenas para o uso de proprietários-administradores ou apenas para o uso de autoridades fiscais ou outras autoridades governamentais e, sendo apenas para esta finalidade, não são necessariamente demonstrações contábeis para fins gerais.

Comentários:

A questão avaliou se o candidato sabia diferenciar as demonstrações contábeis para fins gerais das demonstrações contábeis das PME. De acordo com a NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas:

A) INCORRETA. Essa característica é relacionada às demonstrações contábeis para **fins gerais**, e não específicas para PME.

Item P4 - As demonstrações contábeis para **fins gerais** são dirigidas às necessidades comuns de vasta gama de usuários externos à entidade, por exemplo, sócios, acionistas, credores, empregados e o público em geral.

B) INCORRETA. Essa característica é relacionada às demonstrações contábeis para **fins gerais**, e não específicas para PME.

Item P5 – (...) as demonstrações contábeis **de uso geral** incluem aquelas que são apresentadas separadamente ou dentro de outro documento público como um relatório anual ou um prospecto.

C) INCORRETA. Essa característica é relacionada às demonstrações contábeis para **fins gerais**, e não específicas para PME.

Item P5 - Demonstrações contábeis **para fins gerais** são aquelas direcionadas às necessidades de informação financeira gerais de vasta gama de usuários que não estão em posição de exigir relatórios feitos sob medida para atender suas necessidades particulares de informação.

D) CORRETA.

Item P8 - As **PMEs** muitas vezes produzem demonstrações contábeis apenas para o uso de proprietários-administradores ou apenas para o uso de autoridades fiscais ou outras autoridades governamentais. Demonstrações contábeis produzidas apenas para esses propósitos **não são, necessariamente, demonstrações contábeis para fins gerais**.

Gabarito Preliminar → D.

45. (Consulplan/Exame CFC/2022.2) No contexto da auditoria de demonstrações contábeis, o objetivo geral do auditor independente é obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorções relevantes. Para tanto, deverá estar atento a uma série de riscos potenciais, que devem ser identificados, avaliados e respondidos, de forma a minimizar eventuais impactos sobre o trabalho de auditoria. Sobre o tema e com base nas normas de auditoria vigentes no Brasil, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) O risco de distorção relevante, composto pelo risco inerente e pelo risco de controle, é o risco da entidade e, portanto, sua existência independe da auditoria.
- B) O risco de auditoria é uma expressão utilizada para designar a possibilidade de o auditor expressar opinião inadequada quando as demonstrações contiverem distorção relevante.
- C) Ao aplicar os procedimentos de auditoria que julga necessários e conduzir seus trabalhos de acordo com as normas de auditoria, o auditor reduz o risco de auditoria a um nível aceitavelmente baixo.
- D) Denomina-se risco de detecção aquele relacionado à possibilidade de haver uma distorção relevante em um saldo contábil que poderia ter sido prevenida, detectada e corrigida tempestivamente pelo controle interno da entidade.

Comentários:

Questão que cobra conhecimentos da NBC TA 200, norma-mãe da auditoria e objeto de aula nossa no curso. Perceba que ela pede a alternativa incorreta. E a única errada é a letra D, visto que o conceito exposto é de RISCO DE CONTROLE, e não de detecção. As demais estão alternativas corretas.

Gabarito Preliminar → D.

46. (Consulplan/Exame CFC/2022.2) Empresa brasileira, de capital aberto, com ações negociáveis em Bolsa de Valores, obteve um prejuízo operacional equivalente a R\$ 130 milhões e um prejuízo líquido equivalente a R\$ 160 milhões em 2021. Em consequência, o prejuízo diluído por ação foi equivalente a R\$ 0,50. Preocupado com a repercussão desses números junto aos usuários das demonstrações contábeis, dentre eles os acionistas, os administradores solicitaram reunião com os auditores independentes a fim de esclarecer que os resultados da atividade econômica da empresa foram fortemente impactados pela pandemia Covid-19, exporem a preocupação em relação às incertezas quanto ao futuro da empresa e a melhor forma de divulgar as demonstrações contábeis. Os auditores independentes, no intuito de melhor informar os administradores, prestaram os seguintes esclarecimentos; analise-os.

- I.É recomendável e aconselhável que as companhias reportem os efeitos da pandemia nas demonstrações contábeis.
- II.Em virtude de a atividade econômica ter sido impactada pela pandemia não é prudente divulgar ao mercado eventuais incertezas relativas à capacidade da empresa de continuar em operação.
- III.A tarefa de julgar o resultado da empresa é dos usuários das demonstrações contábeis que, para tanto, precisam ter acesso a informações contábeis relevantes e tempestivas, neutras e livres de qualquer viés.
- IV.As demonstrações financeiras devem ser preparadas no pressuposto da descontinuidade da companhia.
- V.Se a administração tiver ciência de incertezas relevantes relacionadas com eventos ou condições que possam lançar dúvidas significativas a respeito da continuidade da companhia, não deve divulgá-las ao mercado.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e III.
- B) II e IV.
- C) I, II e III.
- D) II, IV e V.

Comentários:

Mais uma questão cobrando conhecimentos de auditoria. Vamos direto aos itens:

- I. CORRETO, sem comentários adicionais;
- II. INCORRETO, pois, é prudente sim que a entidade divulgue sua situação ao mercado em relação a eventuais incertezas de continuidade;
- III. CORRETO, sem comentários adicionais;
- IV. INCORRETO, visto que a administração elabora as demonstrações contábeis da entidade com o pressuposto da CONTINUIDADE; e
- V. INCORRETO pelos mesmos motivos expostos no item II.

Gabarito Preliminar → A.

47. (Consulplan/Exame CFC/2022.2) Os contadores João e Gabriel foram indicados para participar como peritos em um processo judicial, no qual é requerido conhecimento contábil para apurar o custo de produção e a margem de lucro de determinados produtos. João foi nomeado perito do juízo e Gabriel foi indicado por uma das partes para atuar como assistente técnico. Das quatro afirmativas a seguir que apresentam informações relacionadas à nomeação e atuação de João e de Gabriel, a afirmativa que NÃO contraria as diretrizes estabelecidas na NBC PP 01 (R1) – Perito Contábil é:

- A) Para comprovar sua habilitação profissional, o perito João anexou a Certidão de Regularidade Profissional emitida pelo Conselho Regional de Contabilidade no primeiro ato de sua manifestação ao juízo.
- B) Gabriel foi indicado por uma das partes, pois já conhece os aspectos contábeis relacionados ao litígio, tendo atuado como consultor do contratante acerca do objeto da discussão, o que lhe concede todos os atributos técnicos e legais exigíveis para atuar como Assistente Técnico e torna dispensável a celebração de contrato de prestação de serviços com o seu cliente.
- C) João, perito do juízo, elaborou sua proposta de honorários, incluindo o plano de trabalho. O atendimento a quesitos suplementares/complementares é algo corriqueiro em perícias contábeis, tendo em vista que alguns assuntos são inerentemente complexos e podem ser de difícil compreensão. Assim, João julgou não ser necessário tratar desse assunto em sua proposta de honorários.
- D) Durante a realização dos trabalhos periciais, João identificou a necessidade de realização de diligências, para obtenção de elementos de prova e elucidação de dúvidas. Tendo em vista que todos os detalhes da diligência e que os elementos de prova serão devidamente consignados e descritos no laudo pericial, João julgou não ser necessário comunicar previamente ao assistente técnico Gabriel sobre a realização da diligência.

Comentários:

A NBC PP 01(R1) - Perito Contábil, estabelece:

Habilitação Profissional.

5.O perito deve comprovar sua habilitação por intermédio de **Certidão de Regularidade Profissional emitida pelos Conselhos Regionais de Contabilidade** ou do Cadastro Nacional de Peritos Contábeis do CFC. O perito pode anexá-las no primeiro ato de sua manifestação e na apresentação do laudo ou parecer.
A – Exatamente isso e não contrariou a norma, é o nosso gabarito.

Elaboração de proposta.

33.O assistente técnico deve, **obrigatoriamente**, celebrar contrato de prestação de serviços com o seu cliente, observando as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

B – INCORRETA

Quesitos suplementares/complementares.

34. O perito **deve ressaltar, em sua proposta de honorários, que está não contempla os honorários relativos a quesitos suplementares/complementares.** Quando haja necessidade de complementação de honorários, deve-se observar os mesmos critérios adotados para a elaboração da proposta inicial.

C – INCORRETA

Zelo Profissional.

28. **A realização de diligências**, para a busca de elementos de provas, quando necessária, **deve ser comunicada aos assistentes técnicos com antecedência legal.**

D – INCORRETA

Gabarito Preliminar → A.

48. (Consulplan/Exame CFC/2022.2) Considerando a legislação profissional vigente sobre perícia, bem como o Código de Processo Civil e a Lei nº 12.030/2009, que versa sobre perícias oficiais, assinale a afirmativa INCORRETA.

A) Em razão do exercício das atividades de perícia oficial de natureza criminal, os peritos de natureza criminal estão sujeitos a regime especial de trabalho, observada a legislação específica de cada ente a que se encontrem vinculados.

B) No exercício da atividade de perícia oficial de natureza criminal, é assegurado autonomia técnica, científica e funcional, não sendo exigido concurso público, nem formação acadêmica específica, para o provimento do cargo de perito oficial.

C) Observado o disposto na legislação específica de cada ente a que o perito se encontra vinculado, são considerados peritos de natureza criminal, inclusive os peritos criminais com formação superior específica detalhada em regulamento, de acordo com a necessidade de cada órgão e por área de atuação profissional.

D) O profissional de contabilidade que atua como perito, ao prestar informações inverídicas, seja por dolo ou culpa, responderá pelos prejuízos que causar à parte e ficará inabilitado para atuar em outras perícias no prazo de dois a cinco anos, independentemente das demais sanções previstas em lei, devendo o juiz comunicar o fato ao respectivo órgão de classe para adoção das medidas que entender cabíveis.

Comentários:

A questão cobra a literalidade da Lei Nº 13.030, de 17 setembro de 2009 e do artigo 158 do novo CPC, onde temos em sua literalidade:

“**Art. 2.º** No exercício da atividade de perícia oficial de natureza criminal, é assegurado autonomia técnica, científica e funcional, exigido concurso público, com formação acadêmica específica, para o provimento do cargo de perito oficial.

Art. 3.º Em razão do exercício das atividades de perícia oficial de natureza criminal, os peritos de natureza criminal estão sujeitos a regime especial de trabalho, observada a legislação específica de cada ente a que se encontrem vinculados.

...

Art. 5.º Observado o disposto na legislação específica de cada ente a que o perito se encontra vinculado, são peritos de natureza criminal os peritos criminais, peritos médico-legistas e peritos odontologistas com formação superior específica detalhada em regulamento, de acordo com a necessidade de cada órgão e por área de atuação profissional.

“**Art. 158.** O perito que, por dolo ou culpa, prestar informações inverídicas responderá pelos prejuízos que causar à parte e ficará inabilitado para atuar em outras perícias no prazo de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, independentemente das demais sanções previstas em lei, devendo o juiz comunicar o fato ao respectivo órgão de classe para adoção das medidas que entender cabíveis.”

Gabarito Preliminar → B.

49. (Consulplan/Exame CFC/2022.2)

O profissional de contabilidade tem à posição ideal para assistência à identificação antecipada de ilícitos pelo seu acesso à informação (Taylor & Thomas, 2012), lidando com decisões que podem resultar em julgamentos éticos e morais. Contudo, podem vivenciar o dilema de lealdade, que ocorre à uma pessoa que queira denunciar um malfeito referente à entidade na qual atua (Elliston, 1982), tendo historicamente, dentre seus deveres profissionais, o sigilo sobre o que souber no exercício profissional (Resolução CFC nº 80/1996). Argumentamos que é diante desse dilema, entre à cultura do sigilo e do potencial de denúncia, que as Lis (lógicas institucionais) socialmente construídas exercem poder, influenciando a reflexão do contador quanto à intenção de denúncia, em contraponto aos estudos atualmente desenvolvidos no país.

(AYRES, Rosângela Mesquita. SAUERBRONN, Fernanda Filgueira. FONSECA, Ana Carolina Pimentel Duarte da. Artigo Original. Rev. contab. finanç. 33 (89). May-Aug 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1808-057x202112830>. Fragmento adaptado.)

O uso do sinal indicativo de crase refere-se, dentre outras possíveis situações, à relação estabelecida entre o termo regente e o termo regido. Dentre os fragmentos destacados a seguir, identifique aquele que exemplifica a relação exposta anteriormente em conformidade com a norma-padrão da Língua Portuguesa.

- A) “O profissional de contabilidade tem à posição ideal [...]”
- B) “[...] que ocorre à uma pessoa que queira denunciar [...]”
- C) “[...] entre à cultura do sigilo e do potencial de denúncia, [...]”
- D) “[...] posição ideal para assistência à identificação antecipada de ilícitos [...]”

Comentários:

Esta é uma questão sobre o uso de crase. O texto pediu para encontrar o uso correto da crase dentre as alternativas dadas. Sabemos que para a existência da crase são necessários a preposição 'a' e o artigo 'a'.

Em nosso curso Escola Contábil, passamos o seguinte macete: troque a palavra seguinte à crase por uma palavra masculina e veja se cabe a contração 'ao'. Só isso já resolve a maioria dos exercícios de crase existentes, inclusive este aqui. Vamos analisar as alternativas uma a uma:

a) "O profissional de contabilidade tem à posição ideal"

O artigo existe antes de 'posição', tudo bem até aí. Mas a preposição não é regida por nenhum dos termos do texto, e, portanto, não cabe a crase. Conforme o macete, podemos trocar 'posição' por 'lugar'. Teríamos então: "...tem ao lugar ideal", to que não caberia na Norma Culta da Língua Portuguesa. É incorreta a alternativa a). Como buscamos a correta, seguimos!

b) "[...] que ocorre à uma pessoa que queira denunciar [...]"

Quem assistiu à aula do dia 16 já saberia que a crase não pode ocorrer antes do artigo indefinido 'uma'. Mas, apenas para garantir, vamos aplicar o macete: "...ocorre ao um ser que...". Podemos observar que a frase está em desacordo com a Norma Culta. Alternativa b) incorreta. Seguimos

c) "[...] entre à cultura do sigilo e do potencial de denúncia, [...]"

Sabendo que há a necessidade de preposição + artigo para a ocorrência de crase, observamos a existência do artigo antes de cultura. Mas a preposição não é regida por nenhum dos termos, portanto não cabe no texto. Usando o macete, trocando 'cultura' por 'comportamento', teríamos 'entre ao comportamento do sigilo e do...', podemos observar que a frase está em desacordo com a Norma Culta.

d) "[...] posição ideal para assistência à identificação antecipada de ilícitos [...]"

Já descartamos as alternativas anteriores, então esta deve ser o gabarito. Vamos lá:

Precisamos da preposição 'a' e do artigo 'a'. O artigo antes de 'identificação' existe, está correto. A preposição após 'assistência' também existe, pois quem 'presta assistência', 'presta assistência a alguém'. Usando o macete: '..assistência ao conhecimento...'. **A frase está de acordo com a Norma Culta, e é, portanto, o nosso gabarito.**

Gabarito Preliminar → D.

50. (Consulplan/Exame CFC/2022.2)

O profissional de contabilidade é visto como conservador, inflexível e técnico (Longo et al., 2014), mas percebido com integridade e responsabilidade social (Cardoso et al., 2006). Ao desempenhar seu papel, o profissional de contabilidade enfrenta regras formais, legais e morais de comportamento relacionadas às questões éticas. Compreende-se como ética a preocupação quanto aos julgamentos morais envolvidos na tomada de decisões sobre o que é moralmente certo ou errado ou, ainda, moralmente bom ou ruim, pressupondo-se a existência de padrões morais os quais afetam nosso bem-estar humano, não estabelecidos ou alterados por decisões de órgãos competentes, baseando-se em julgamentos imparciais que sobrepõem os próprios interesses (Riahi-Belkaoui, 2004).

(AYRES, Rosângela Mesquita. SAUERBRONN, Fernanda Filgueira. FONSECA, Ana Carolina Pimentel Duarte da. Artigo Original. Rev. contab.finanç. 33 (89). May-Aug 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1808-057x202112830>.)

Considerando-se que o emprego dos sinais de pontuação é de fundamental importância para a adequada compreensão da mensagem e da intencionalidade do autor do texto, referente ao uso da pontuação assinala a alternativa correta.

- A) Em “O profissional de contabilidade é visto [...]”, a vírgula seria obrigatória após “contabilidade” caso o sujeito sofresse variação de número.
- B) O emprego da vírgula após a expressão “Ao desempenhar seu papel” tem como principal justificativa eliminar produção de possível ambiguidade.
- C) Imediatamente após o termo “conservador”, a vírgula foi empregada por inserção de segmento que interrompe uma sequência sintática direta.
- D) A vírgula que antecede o termo “mas”, no primeiro período do texto, poderia ser substituída por ponto e vírgula ressaltando-se o contraste expresso pela adversativa.

Comentários:

Esta é uma questão sobre pontuação, um tema que a banca cobra com alguma frequência. Estava um pouquinho mais difícil que a questão anterior, mas ainda assim estava mais tranquila do que o padrão da banca. O enunciado pediu a alternativa correta. Vamos analisá-las.

- a) Em “O profissional de contabilidade é visto [...]”, a vírgula seria obrigatória após “contabilidade” caso o sujeito sofresse variação de número.

A alternativa disse que, levando o sujeito para o plural (variação de número), deveria existir uma vírgula. Façamos o teste: “os profissionais de contabilidade são vistos...”. A vírgula após ‘contabilidade’ iria separar o núcleo do sujeito ‘profissionais’ do verbo ‘são’. Esse tipo de vírgula está incorreto de acordo com a Norma Culta, então a alternativa está incorreta.

- b) O emprego da vírgula após a expressão “Ao desempenhar seu papel” tem como principal justificativa eliminar a produção de possível ambiguidade.

Caberia uma vírgula no lugar apontado pelo enunciado, mas por se tratar de um adjunto adverbial deslocado. Estes podem ser separados por vírgula nesses casos, com a finalidade de se manter o ritmo de leitura. E não há qualquer ambiguidade produzida na oração iniciada pelo trecho citado. Alternativa incorreta.

c) Imediatamente após o termo “conservador”, a vírgula foi empregada por inserção de segmento que interrompe uma sequência sintática direta.

O trecho é “visto como conservador, inflexível e técnico”. A vírgula citada tem a função de separar termos paralelos, de mesma função sintática, que estão dentro da mesma sequência sintática. Não há interrupção. Alternativa incorreta.

d) A vírgula que antecede o termo “mas”, no primeiro período do texto, poderia ser substituída por ponto e vírgula e ressaltando-se o contraste expresso pela adversativa.

O ponto e vírgula pode ser usado no lugar da vírgula em alguns casos quando se pretende dar ênfase na separação entre os termos, mas sem fazer uma pausa completa (de um ponto final). Portanto, alternativa correta!

Gabarito Preliminar → D.

Agora, me diz uma coisa:

Você quer passar no Exame de Suficiência e ainda ter a prática necessária para se destacar no mercado de trabalho?

Tudo isso é possível com a **Escola Contábil 2.0**.

O que era bom, ficou ainda mais completo nesta nova versão. Tudo isso, claro, para te ajudar a se tornar um profissional contábil de excelência e conquistar as melhores oportunidades.

Além de uma Área de Alunos totalmente inédita, novos módulos e mentorias semanais, nela você terá acesso a:

- Acesso completo ao CFC de A a Z;
- IRPF de A a Z;
- Passei EQT Auditor;
- Passei EQT Perito;
- Curso Prático de Perícia Contábil;
- Curso: O Essencial para o Perito Judicial;
- Elaboração de Documentos Periciais;
- Perícia Trabalhista;
- Departamento Pessoal do Zero;
- Cursos do Setor Contábil;
- Cursos do Setor Fiscal;
- Cursos do Setor Legalização;
- E muito mais.



Tudo isso por apenas ***R\$69,90/mês** em uma assinatura anual completa.

Quer investir no seu crescimento e se preparar para novos desafios?

MATRICULE-SE NA MAIOR ESCOLA CONTÁBIL DO PAÍS

CHEGOU A
ESCOLA
CONTÁBIL 2.0

contabilidade
facilitada

CFC de A a Z - Teoria e Questões
Provas Comentadas
10 ANOS DE ESTUDOS
CFC: MAPAS MENTAIS
SIMILARES

*Oferta válida por tempo limitado.

MATERIAL PROTEGIDO POR DIREITOS AUTORAIS



Este material é protegido por direitos autorais. Sua reprodução sem o consentimento do autor configura infração à Lei 9.610/1998, podendo gerar sanções civis e penais.



O autor gastou milhares de horas de trabalho para produzir conteúdo de qualidade.



O curso tem um valor acessível, para que todos possam ter acesso, caso queiram.



Quando você compra o curso através de piratas, está comprando 100% das vezes com pessoas que criam identidades falsas, clonam cartões de crédito e agem de forma ilícita para receber este dinheiro.



VALORIZE O TRABALHO HONESTO!

COPYRIGHT 2020 DE CFC DE A A Z (GABRIEL RABELO)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. ESTE MATERIAL OU QUALQUER PARTE DELE NÃO PODE SER REPRODUZIDO OU USADO DE FORMA ALGUMA SEM AUTORIZAÇÃO EXPRESSA, POR ESCRITO, DO AUTOR, EXCETO PELO USO DE CITAÇÕES BREVES, DESDE QUE COM OS DEVIDOS CRÉDITOS.